

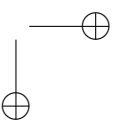
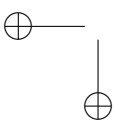
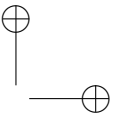
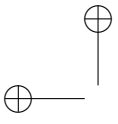
**Conversas com Fichte e  
Diálogo sobre a Liberdade e o  
Determinismo**



José Manuel Heleno

2019

[www.lusosofia.net](http://www.lusosofia.net)



DOI: 10.25768/fal.lus.2019.001



LUSOSofia:PRESS

Covilhã, 2019

FICHA TÉCNICA

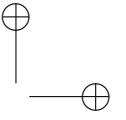
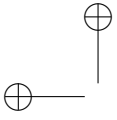
Título: *Conversas com Fichte e Diálogo sobre a Liberdade e o Determinismo*

Autor: José Manuel Heleno

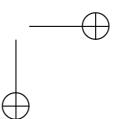
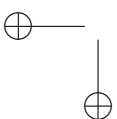
Colecção: Artigos LUSOSOFIA

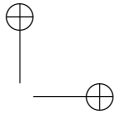
Design da Capa: António Rodrigues Tomé

Composição & Paginação: Filomena Santos



Universidade da Beira Interior  
Covilhã, 2019



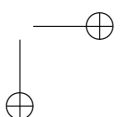
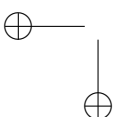


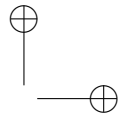
# **Conversas com Fichte e Diálogo sobre a Liberdade e o Determinismo**

**José Manuel Heleno**

## **Índice**

NOTA	4
CONVERSAS COM FICHTE	6
Primeira conversa . . . . .	6
Segunda conversa . . . . .	24
Terceira conversa . . . . .	37
Quarta conversa . . . . .	52
DIÁLOGO SOBRE A LIBERDADE E O DETERMINISMO	63





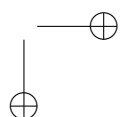
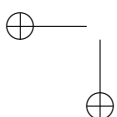
## NOTA

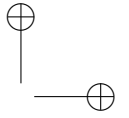
Conversar com Fichte significa lembrar algumas das suas reflexões, sem o intuito de nos cingirmos aos seus textos. Mas a homenagem que lhe é merecida, a forma dialógica como escreveu alguns dos seus livros, estimula-nos a repensar o já pensado. Deste modo, mais do que atribuir a Fichte este ou aquele pensamento, é essencial desafiar o leitor a descobrir os seus.

As *Conversas* que se seguem correspondem a um exercício hermenêutico sem que nenhum dos protagonistas tenha um papel definido. Não encontramos no Fichte dos nossos diálogos tudo aquilo que o filósofo Fichte defendeu; nem encontramos na personagem do leitor pontos de vista que desafiam sistematicamente as ideias do filósofo alemão. Não se trata, por isso, de um texto sobre Fichte, mas o recuperar de algumas das suas ideias, confrontando-as com a crítica do leitor (enquanto personagem e como leitor propriamente dito).

Com efeito, tanto o respeito como a benevolência de Fichte em relação aos seus leitores deixa-se resumir no incentivo à necessidade de pensarem por si mesmos e terem a “liberdade da intuição interna”. Mas essa atitude surge porque tem de existir algo absolutamente incondicionado na experiência empírica: o facto de o eu se pôr a si mesmo e ser, de imediato, consciência de si. Deste modo, não haveria sujeito humano se o eu não se pusesse a si mesmo como eu.

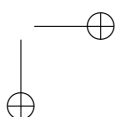
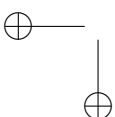
A pretexto de uma conversa sobre as noções de realidade, consciência, identidade pessoal e tantas outras, o presente ensaio procura incentivar o gosto pela filosofia partindo de um autor que tanto se esforçou por construir um sistema filosófico. E apesar de se mencionarem conceitos alheios ao filósofo Fichte, consideramos que o fundamental é mostrar a continuidade dos temas que abordou e a necessidade de os repensarmos. Se o leitor sentir o desejo de continuar a conversar tanto com Fichte como com outros leitores, é alcançada a finalidade deste ensaio.

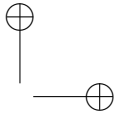




Também o diálogo que se segue obedece ao mesmo desiderato: pensar a relação entre determinismo e livre-arbítrio. Na nossa perspectiva, a forma dialogada ajusta-se à complexidade do tema, como se lhe conferisse vivacidade e autenticidade.

JMH





## CONVERSAS COM FICHTE

### Primeira conversa

*Fichte* – É preciso, caro leitor, que te predisponhas a conversar comigo. E podemos começar pelo mais simples, ou melhor, jamais sairemos do mais simples: que estamos aqui, sentados, que ambos desejamos falar um pouco sobre as coisas que nos vão sucedendo, sobre o que pensamos do mundo, enfim, sobre essas coisas simples que são dadas como evidentes, eis o que desejaria como tema da nossa conversa. Pois é claro como o sol que estamos aqui, neste belo dia de abril, a conversar, não é verdade?

*O leitor* – Com certeza. Mas queres conversar sobre o quê?

*Fichte* – Já te disse: sobre o mais simples, quer dizer, sobre o que entendemos por realidade, sobre o facto de estarmos aqui, de termos uma idade respeitável. Porque há uma evidência inabalável: a de que estamos vivos e somos seres de carne e osso. Creio que nada pode perturbar esta certeza. Não concordas?

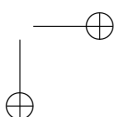
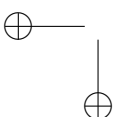
*O leitor* – Embora seja a mais difícil de compreender ...

*Fichte* – Mas é a mais evidente, aquela que nos acompanhará para sempre e que só deixará de ter importância quando não existir mais nenhuma razão para a ter.

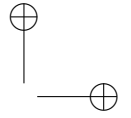
*O leitor* – Não entendo.

*Fichte* – Falo da morte. É que mais inimaginável do que a ausência de realidade é deixar de existir aquele que a poderia testemunhar. As coisas deixam de ter importância porque desaparece quem lhes dá importância ...

*O leitor* – Atrevo-me a dizer que, embora não saiba exatamente o que pretendes defender, considero que não há, de facto, uma realidade, mas várias. Estou a conversar contigo e lembro-me que ainda ontem estivemos aqui, para não falar de outros dias, em ou-







tros lugares. Há, portanto, uma realidade do passado, das coisas que ambos recordamos, assim como há uma realidade feita de projetos, de coisas que imaginamos, sentimos ...

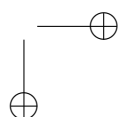
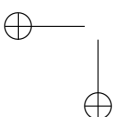
*Fichte* – Era por aí, justamente, que gostaria de conduzir a nossa conversa, e fico contente por te antecipares. Afinal, já me vais conhecendo. Suspeito até que esses níveis ou graus de realidade só foram mencionados por te lembrares daquilo que dissemos noutras ocasiões.

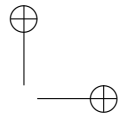
*O leitor* – É provável. Alguém disse que a realidade não era real, mas o melhor é não nos perdermos nestes enigmas. Não concordas? Contudo, terei de admitir que o real, o espantosamente real, é o facto de estarmos aqui a conversar. Só um louco se atreveria a negar tamanha evidência. De tal forma que ela se aplica a todas as pessoas: cada um pode dizer que está aqui, agora, que sente e pensa uma realidade, mesmo que outras realidades possam imiscuir-se nessa realidade primordial.

*Fichte* – Mesmo que estivesses a ler um dos meus livros terias de pressupor uma realidade primordial, embora fosses sacudido pelas tuas apreensões, os teus devaneios, enfim, vivesses, precisamente, num tempo que era o teu. Era inevitável que tentasses compreender o mundo dos meus livros a partir da tua vida.

*O leitor* – Concordo.

*Fichte* – Temos, com toda a certeza, uma representação da realidade, quer dizer, uma imagem do que está a acontecer. Porém, também disseste que é bastante diferente mencionar aquilo que estamos a viver, a conversa que mantemos, aquilo que podes recordar sobre conversas anteriores, do que vais imaginando à medida que a conversa decorre ou dos nossos sonhos ou emoções. Há, na verdade, diferentes tipos de realidade, apesar de parecer que há sempre *uma* realidade que se sobrepõe às outras. O que achas?





*O leitor* – Se eu estiver atento à nossa conversa é indiscutível que esta realidade é a mais importante.

*Fichte* – Como? Queres dizer que a realidade se caracteriza pela atenção?

*O leitor* – Não só pela atenção, embora me falte palavras para dizê-lo. A realidade é aquilo que é absolutamente certo e sentido como tal. Há, como dizê-lo, um excesso de evidência que a define e caracteriza. Por mais estranho que pareça, a palavra “atenção” não é adequada para designar esta certeza. Enquanto vives, vais estando atento a isto ou àquilo, mas trata-se de uma atenção flutuante ...

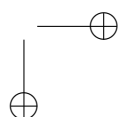
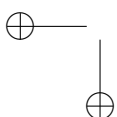
*Fichte* – E a verdade é que flutuamos mais do que pensamos. Há qualquer coisa de vago ...

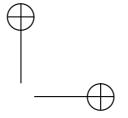
*O leitor* – De impreciso, queres dizer. Mas atenção flutuante significa também que estás sempre disponível para captar este ou aquele aspeto do mundo. É por isso que convém esclarecer as inúmeras dimensões que podem assumir.

*Fichte* – Queres dizer que se estás a ler algum dos meus livros, por exemplo, sentes a realidade de forma diferente?

*O leitor* – O que pretendo dizer é que há formas distintas de representar a realidade. Por exemplo: se me lembrar do nosso encontro de ontem, terei de representá-lo de outro modo. Represento qualquer coisa que já não existe, a não ser como representação, justamente, e a sua realidade está na forma como a represento. Não tanto porque me recordo do conteúdo da nossa conversa, mas porque *sei* que conversámos e sou, agora, capaz de o garantir. Tenho uma representação do passado – a sua recordação – e posso evocar essa representação a qualquer momento, mesmo sem me recordar do conteúdo propriamente dito. Ora, esta é também uma forma de realidade, embora pudesse referir outras.

*Fichte* – Quais?





*O leitor* – Sei lá: o medo que sinto de certos animais, as expectativas que tenho em relação à vida, a tudo isto correspondem formas de realidade que são, na verdade, outras formas de representação. Queres mais? Quando penso em números, quando ouço música ...

*Fichte* – Compreendo. Mas concebes que as realidades que referes só têm sentido dentro de uma realidade que as engloba. Melhor: é *agora* que te recordas, que falas dos teus sonhos ou tens expectativas. Se não existisse esse *agora* nenhuma das outras realidades teria qualquer sentido. Não concordas?

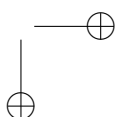
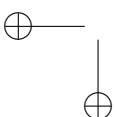
*O leitor* – Claro. Não vejo nenhum problema? Onde pretendes chegar?

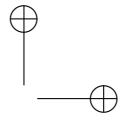
*Fichte* – Pretendo testar a hipótese que considera não haver uma realidade primordial, aquela em que a noção de representação parece deixar de ter sentido. Sim: não vais dizer que estás a representar aquilo que se passa agora, não é? Parece que esta palavra não se adequa, como se houvesse uma evidência que a recusa. Atrevo-me a dizer que a realidade está para além da representação, se entendermos por representação uma forma do indivíduo ter uma imagem das coisas, quer dizer, evocá-las ou imaginá-las. Quando falaste em atenção flutuante era também isto que pretendias dizer, não era?

*O leitor* – O meu receio é estarmos a preocupar-nos com palavras em vez de nos cingirmos às coisas. A maioria das vezes discute-se sobre palavras e esquecemo-nos das coisas.

*Fichte* – Ah! É assim tão fácil diferenciá-las?

*O leitor* – Entendamo-nos: se queres dizer que há uma realidade que nos entra pelos olhos adentro, que está associada ao presente, que se vive e é assim uma espécie de realidade primordial a partir da qual todas as outras têm sentido, se é isso que queres dizer, não me custa concordar. A noção de representação é um expediente para tentarmos compreender as variadíssimas formas como as coisas se apresentam. Mas poderíamos dizer que há representa-





ções fortes e fracas, e outras tão impercetíveis que nem merecem o nome de fracas...

*Fichte* – Bem, é como se disséssemos que há representações e representações de representações e assim por diante. Concordas?

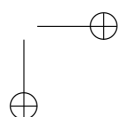
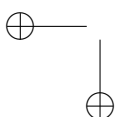
*O leitor* – Lembro-me vagamente – tenho a representação da representação, como tu queres que eu diga – de já termos discutido isto. Aliás, se não me engano, escreveste um livro que gira à volta destes problemas. Mas o mais curioso é que enquanto o lia estava tão absorto que me esquecia de mim.

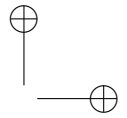
*Fichte* – Como?

*O leitor* – Quero dizer que, quando estás distraído, esqueces-te da realidade. Não é estranho? Quando a realidade está próxima de nós, quando é intensa e rebelde a toda a representação, como dizes, esquecemo-nos dela. Parece que não poderíamos viver se as coisas reais estivessem constantemente presentes. Cansamo-nos da realidade e evadimo-nos, embora para cairmos noutra realidade, não te parece?

*Fichte* – Tens de esclarecer o que afirmas, a não ser que digas coisas absurdas, como a de sermos reais precisamente por nos esquecermos da realidade. Não entendo.

*O leitor* – O que estou a dizer é uma evidência. Repara: quando estás absorto no que estás a fazer esqueces-te da realidade, ou então, és tão real que nem sequer pensas nisso. Só aparentemente é contraditório afirmar que nos esquecemos da realidade no momento em que a vivemos intensamente. És então inteiramente o que estás a fazer, a pensar ou a sonhar. Parece que a realidade deixa de existir. Não te rias! E muitos filósofos mencionaram essa experiência. Quando compras um livro compras um pouco de esquecimento, não achas? Era horrível se estivéssemos sempre presentes a nós próprios – não nos suportávamos! Precisamos de coisas que ponham o real de lado, entre parênteses, embora para





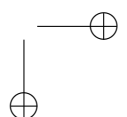
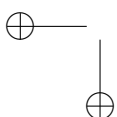
regressarmos a ele. É neste sentido que a realidade é menos real do que parece.

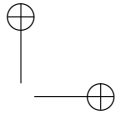
*Fichte* – É interessante. Falas do esquecimento da realidade como uma forma de ser da realidade, e acrescentas que seria insuportável estarmos constantemente em presença de nós mesmos. Mas não será a realidade uma forma de estarmos presentes a nós mesmos? A realidade não será, afinal, a consciência da realidade? Se assim é, basta estarmos conscientes para sermos reais ...

*O leitor* – Podes até considerar que a consciência é consciência de qualquer coisa, quer dizer, a presença tem sempre uma face dupla: a tua e a das coisas. Se pudesse dizê-lo melhor diria então que as coisas estão em ti e tu nas coisas. Consegues imaginar uma realidade ausente de ti?

*Fichte* – Claro que consigo. O tempo passou, por exemplo, e nem sequer dei por ele. Haverá melhor exemplo? Há coisas que existem independentemente da consciência que temos delas. Tudo se tornaria absurdo se assim não fosse.

*O leitor* – Concordo, mas receio que não tenhas compreendido as minhas palavras. As coisas existem independentemente de nós, mas teremos de *ser nós* a ter consciência dessa independência. O tempo passou, mas *fomos nós* que tivemos consciência disso. Ora, o que quis questionar foi como seria possível haver coisas das quais não houvesse ninguém que as pudesse testemunhar. Por exemplo: quando dormes parece que o tempo não existe. E ao morreres as coisas deixam de existir porque deixas de as presenciar. Imagina que todos morríamos, como poderia então falar-se da existência das coisas? Elas existirão por si mesmas? Afinal, estou apenas a citar aquilo que escreves no teu livro, a saber: que quando falamos num acontecimento exterior à nossa experiência isso significa que esse acontecimento é um acontecimento *possível* no interior da consciência.





*Fichte* – Recordo-me dessa passagem. Mas sobre a existência das coisas em si e da sua existência para nós, não queria agora falar. Queria regressar à questão que referiste quando disseste que se vive a realidade esquecendo essa mesma realidade. Segundo percebi, quando se está a viver efetivamente – a agir, pensar ou sonhar – parece que nos esquecemos da realidade ou então, de uma parte significativa da realidade. O mundo estreita-se e estamos e somos inteiramente aquilo que fazemos, pensamos ou sonhamos. Era isso que pretendias dizer?

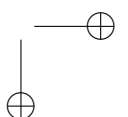
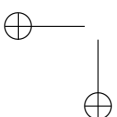
*O leitor* – Sim.

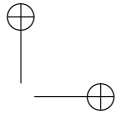
*Fichte* – Mas isso não significa que a realidade deixe de existir. Há quem diga que é por causa desses abusos da linguagem que a filosofia parece tão disparatada.

*O leitor* – Não percebo porquê. O importante é tentarmos compreender o que se entende por realidades que não existem, ou então, de realidades que parecem existir de forma diferente. É verdade que ao pensarmos estas noções parece que nos enredamos em contradições.

*Fichte* – Mas isso só é possível porque temos uma ideia do que é existir.

*O leitor* – Certo. Mas atenta naquilo que te disse. O mundo parece que desaparece quando estás absorto. Não será essa a condição básica da realidade? Deixar de ouvir e de ver a realidade que te circunda se estás a escrever, ou esqueceres-te que tens tato ou olfato, por exemplo. Se regressarmos a uma palavra tua, estás inteiramente na realidade que representas, quer dizer, tu és essa representação. Ora, ao seres inteiramente representação, entranhado como estás nessa forma de realidade, o mundo fica entre parênteses. Não vejo como possa ser de outra maneira. É por isso que, contrariamente ao que se pensa, a realidade é menos real do que se julga.





*Fichte* – Porquê?

*O leitor* – Porque não se sabe o que significa realidade, a não ser que estreitemos o campo em que estamos imersos. Mas o mundo, o mundo todo, parece ser muito menos amplo do que julgamos. Transitamos, assim, de pequenas realidades para outras pequenas realidades, sendo essa, aliás, a corrente da consciência: falo e escuto, distraio-me com as tuas palavras, relembro-me de alguns dos nossos encontros, tenho um vago desejo de certas coisas, tenho expectativas, enfim, há milhares de coisas que vão ocorrendo dentro de mim enquanto a nossa conversa se desenrola.

*Fichte* – Então o mundo é apenas a representação que fazemos dele?

*O leitor* – Como gostas dessa palavra!

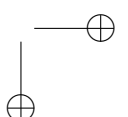
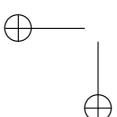
*Fichte* – Mas o que há nela que te desagrada?

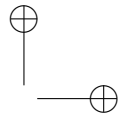
*O leitor* – Sei lá. Custa-me pensar que a dor é uma representação; que quando me apaixono formo uma representação da minha amada; que a música, o mal, e sei lá que mais, não passam de representações. Aliás, tu mesmo disseste que a realidade era uma evidência que não se adequava à noção de representação. Não te lembras?

*Fichte* – O melhor é mesmo esclarecer o que entendemos por representação.

*O leitor* – Sim. O melhor é não darmos mais nenhum passo sem refletirmos sobre o seu significado.

*Fichte* – Aceito. E de tudo aquilo que se poderia dizer sobre o assunto, regresso ao primeiro tema, a saber: que distinguimos imediatamente o real do imaginário, que sabemos que tudo aquilo que está presente, agora mesmo, se distingue do que podemos representar, quer dizer, “pôr o objeto em face”, tornar algo presente, o que pode acontecer com as recordações, com certas imagens. Por



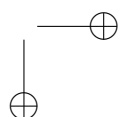
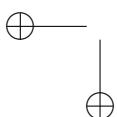


exemplo: tenho aqui o livro que escrevi e sobre o qual já discutimos tanto. Ora, ele está aqui, em cima da mesa. Mas se evocarmos algumas das passagens que discutimos em dias anteriores, então estamos de algum modo a “pô-lo em face de nós”, a representá-lo, e o mesmo aconteceria se ele não estivesse aqui e nos limitássemos a evocá-lo.

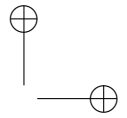
*O leitor* – Parece correto o que acabaste de dizer.

*Fichte* – Ainda bem que estás de acordo. Mas quero ir mais além. Penso que também concordarás comigo se definir a realidade como aquilo que vai preenchendo a nossa consciência. É extraordinária a quantidade de coisas que se sucedem à medida que a nossa vida vai sendo preenchida: há a presença das coisas, a forma como podemos imaginá-las, evocá-las, o facto de ficarmos constantemente absortos, mergulhados em pensamentos, ações, devaneios, obedecendo a essa misteriosa lei da consciência que nos faz esquecer de nós e regressar a nós por soluços, seguindo uma lei de associação que está longe de ser clara. Mas não achas que o essencial é o facto de qualquer um distinguir imediatamente o real do imaginário?

*O leitor* – Não estou tão certo como tu. Podemos, na verdade, distinguir o real do imaginário em inúmeras situações, como se fosse evidente que certos pensamentos, certas evocações, são reais, enquanto outras situações não o são. Mas a verdade é que nem sempre se consegue diferenciar a realidade da forma como a imaginamos? Julgo que isso é mais frequente do que se pensa. Em todo o olhar, em toda a audição, olfato, tato e paladar, há uma margem de indeterminação que se prende com os anseios da imaginação. É esse horizonte de imaginação que circunscreve o real. Por exemplo: se queres descrever realmente isto ou aquilo, facilmente darás conta que não há uma descrição real, mas tão-só uma descrição em que o real se une a outra coisa de forma inextricável. Sou daqueles que acredita que olhar é inventar. Tu sabes como a visão, a







audição e o olfato nos oferecem algo que está distante, enquanto o tato e o paladar necessitam de contacto. Mas tanto a noção de distância como a de contacto não são possíveis sem qualquer coisa que se prende mais com a imaginação do que com o mero sentir e perceber.

*Fichte* – Queres então dizer que há dois momentos que se unem: por um lado, toda a consciência determina as coisas a serem isto ou aquilo, como se o sentido que a consciência encontra no mundo fosse esse exercício de determinação, pois as coisas aparecem sempre desta ou daquela maneira. Mas, por outro lado, parece que queres dizer que não podemos esgotar a determinação, quer dizer, que faz parte de nós a indecisão, o vago, uma série de sinais que apontam para a indeterminação e para a sua união com o determinado.

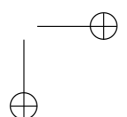
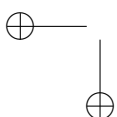
*O leitor* – Parece-me justo o que afirmas. Até quando nos observamos a nós próprios há um momento de indeterminação. Nunca sabemos o que vamos encontrar, como nos impressionou ou não o que percebemos, qual o sentido de certas imagens que aparecem em nós. Mas é suficiente reparares como olhas para as coisas, acho que ficarias surpreendido.

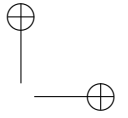
*Fichte* – Porquê?

*O leitor* – Se olhares para as coisas que te rodeiam e tentares descrevê-las, perceberás que é muito mais difícil do que pensas.

*Fichte* – Podes pormenorizar?

*O leitor* – O que te digo é que não conseguirás fazer uma descrição atenta do que te circunda. Dirás, por exemplo, que vês uma árvore mas nem sempre saberás identificá-la, depois dirás que ouves um som mas poderás ter dificuldade em descrevê-lo, não tanto o que designa mas as suas características, para não falar das coisas que te rodeiam e designas como pedras, flores, pessoas, embora não consigas ser específico. Há um grau de ignorância atroz, como





se nos faltassem os nomes para os milhares de coisas que nos rodeiam. Mas isso acaba por não ser tão grave como parece.

*Fichte* – Como?

*O leitor* – Sim. A verdade é que consegues ir vivendo e saber o suficiente para lidares com as coisas?

*Fichte* – Acho que pretendes interrogar a lógica das nossas representações. É isso, não é? Para além de as representações estarem associadas à utilidade, não sabemos exatamente como se sucedem. Não poderíamos definir a filosofia como uma tentativa de surpreender ou acompanhar, explicando, essa sequência de representações?

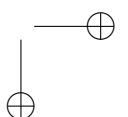
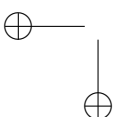
*O leitor* – Isso é, para mim, o mais importante. Sabes?! Às vezes parece que as nossas conversas utilizam uma linguagem demasiado filosófica. Como te hei de explicar: as noções de realidade, de representação, de existência, parecem escapar eternamente a uma elucidação filosófica. Só tenho que repetir o que alguém já disse: era preciso estar *fora* da realidade para poder compreendê-la.

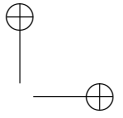
*Fichte* – O quê?

*O leitor* – Ambicionamos compreender aquilo que jamais se deixará compreender, pois só *fora* da realidade, *fora* da linguagem – no seu exterior – é que poderíamos apreender o que significa cada uma delas. Sonhamos com uma perspectiva *exterior* a estas noções e ela é-nos vedada. A filosofia vive nessa obsessão de se encontrar no *exterior* do mundo, do lado de fora, como se o contemplesse para poder compreendê-lo.

*Fichte* – Entendo. Estamos então condenados ao ceticismo?

*O leitor* – É provável. Mas também me parece que alguma coisa se pode compreender do *interior* do mundo. É esse o nosso destino como seres humanos. A verdade é que estamos sempre





dentro do mundo, de nós mesmos, da consciência que temos das coisas. E é sobre isso que podemos e devemos falar.

*Fichte* – Suspeito que há algum desencanto nas tuas palavras. A não ser que queiras dizer outra coisa.

*O leitor* – O quê?

*Fichte* – Julgas que não há nenhuma obrigação em pensar da forma como o fazemos, como se a questão da realidade, da representação, da imaginação, fossem maneiras de traduzir um sentir para sempre misterioso, incapaz de ser pensado e racionalizado. No fundo, queres dizer que viver é uma espécie de sonambulismo que as palavras procuram distrair e iludir.

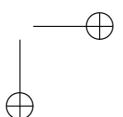
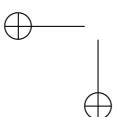
*O leitor* – Não tenho a certeza. Ou melhor: quero saber como é que deduzes esse sonambulismo das minhas afirmações.

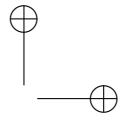
*Fichte* – Não estarás a propor uma forma diferente de viver? Qualquer coisa ainda não nomeada e que, na verdade, mais do que nomeada, deve ser sentida, vivida?

*O leitor* – Talvez. Alguém disse que a vida sem a música seria um erro. Eu prefiro dizer que a música mostra como a maioria das filosofias estão erradas. Porque ao introduzir outra dimensão, a música acena-nos esse exterior que há pouco referia. Quer dizer: não podemos estar no exterior da linguagem, da realidade, mas a música e outras formas de arte são tentativas para vermos de outra forma aquilo que a razão, por si só, não nos deixa ver.

*Fichte* – Lembras-te? Os místicos procuravam o nada. Já umas vezes falámos sobre isso. A importância que o deserto tem para aqueles que são conhecidos como os padres do deserto, a obsessão que os místicos têm por aquilo que não se pode dizer, que jamais se poderá dizer, uma forma de anular a realidade e ver o nada que a sustém.

*O leitor* – Não pretendo retomar essa conversa que tivemos há





semanas. Mas ela agradou-me, e acho que um dia destes deveríamos voltar a esses temas. Mas de momento quero apenas dizer que há um desejo para nos exteriorizarmos e que a arte nos dá uma lição suprema sobre isso.

*Fichte* – A arte torna-se então metafísica.

*O leitor* – O destino será a transformação da filosofia numa estética. E a metafísica acabará por ter outro rosto, seguramente.

*Fichte* – Estamos, cada vez mais, a afastar-nos do tema da nossa conversa.

*O leitor* – Não vejo porquê.

*Fichte* – A nossa intenção era referir um conjunto de ideias sólidas sobre a noção de realidade, a maneira como ela se diferencia da imaginação, o significado de representação e, acima de tudo, a tentativa de compreendermos o que significa estarmos aqui, agora mesmo, a conversar sobre estas questões. Enfim, gostava de saber qual a diferença entre a realidade e aquilo que podemos evocar ou lembrar, o que pertence ao registo da representação e a forma como representamos o representado...

*O leitor* – E por que é que nos estamos a afastar?

*Fichte* – Porque falamos da arte, da filosofia, da metafísica, tudo palavras sonantes, mas que nos podem cegar para o mais evidente.

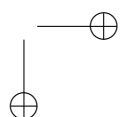
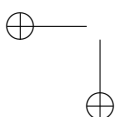
*O leitor* – E o que é o mais evidente?

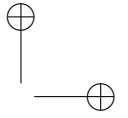
*Fichte* – A presença.

*O leitor* – Como?

*Fichte* – O facto de estarmos aqui, agora, tão simples como isso. Se quiseres, o mais importante é o instante, justamente aquilo que não se deixa pensar mas tem uma presença indiscutível.

*O leitor* – O instante? Mas isso não será demasiado evasivo?





Além de ser uma categoria temporal, e o que tu pretendes, penso, é compreender mais do que isso, quer dizer, a forma como o próprio instante ressoa, como se dissemina nas categorias temporais e se torna corpo, espaço, matéria, enfim, a forma como vivemos no tempo e também no espaço.

*Fichte* – Tens razão.

*O leitor* – Mas o problema é não sabermos que tipo de resposta nos poderá satisfazer. A não ser que se pense que a melhor satisfação é não tanto encontrar uma resposta mas perder a vontade de a encontrar.

*Fichte* – Não compreendo.

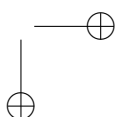
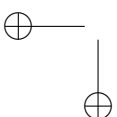
*O leitor* – A melhor resposta seria compreender e satisfazer-nos com a ausência de resposta, apenas porque não teríamos vontade de a procurar.

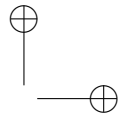
*Fichte* – Abandonaríamos então a filosofia?

*O leitor* – E para que é que ela serve? Não sentiste já que, por mais que avances nos teus argumentos, tens a sensação de que o essencial permanece inexplicável? Não sentiste que há qualquer coisa que parece rir da nossa filosofia e que a presença, a eterna presença de nós a nós mesmos, nos surpreenderá sempre? Não sentiste que hás de morrer sem teres avançado um milímetro na decifração deste mistério? Não sentiste, enfim, que aquilo que te poderá satisfazer é inominável, e que mais do que meia dúzia de ideias sólidas, é antes qualquer coisa que pode aparecer na tua vida e te arrebatrar misteriosamente.

*Fichte* – Como aconteceu com S. Tomás de Aquino.

*O leitor* – Sim, lembro-me vagamente desse encontro místico, pouco antes de ter falecido. Mas não é apenas isso: ninguém vive à espera de uma revelação, ou melhor, eu não quero viver desse modo. Mas tenho uma vaga impressão que pode aparecer este ino-





minável, que mais do que uma manifestação divina – pois pode até ser a esplendorosa manifestação da sua ausência –, mais do que isso, é qualquer coisa que nos pode convidar a ver a presença de outro modo.

*Fichte* – Ou então não vê-la de todo. Mas ou não entendo o que pretendes dizer ou as tuas palavras são confusas. Tenho a impressão que queres dizer qualquer coisa que consideras importante mas não te exprimes como convém.

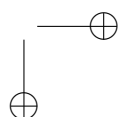
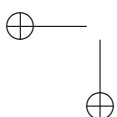
*O leitor* – É provável. Talvez a realidade seja filtrada por uma espécie de sentimento, de estados de espírito que temos imensa dificuldade em traduzir por palavras. A não ser que não sejam de todo traduzíveis. É um pouco como dizer que somos animais que sentem e passam uma vida a tentar esclarecer esse sentimento, essa forma primordial de se encontrarem no mundo e de se confrontarem com aquilo a que chamam realidade mas que os cega no momento em que procuram entendê-la.

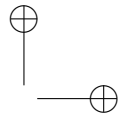
*Fichte* – Como se existisse um ritmo, uma ressonância em cada um de nós.

*O leitor* – Exatamente. E é isso que não evita o pressentimento do inominável. E sabes porquê? Já falámos disso: porque há uma indeterminação no coração da determinação. Deixa-me recordar-te esta convicção de outro modo: em tudo o que percecionamos há, a circunscrevê-lo, um horizonte de indeterminação que dá sentido ou torna mais estranho o que se determina.

*Fichte* – É essa a tua última palavra?

*O leitor* – É a que me ocorre de momento, mas nem isso lhe retira a sua força. Somos seres demasiado estranhos, e só não nos apercebemos porque esquecemos essa indeterminação que referi. Mas, se pensares bem, a realidade, a vida, é rodeada e circunscrita por essa indeterminação. E acredito que vai ser assim até ao fim. O jogo entre o determinado e o indeterminado, aquilo a que chama-





mos realidade, será para sempre indecifrável. Se vês em tudo isto algo supérfluo é porque não compreendeste nada do que disse.

*Fichte* – Não, não vejo. Mas não deixo de sorrir por termos regressado ao ponto de partida sem avanços significativos.

*O leitor* – Porquê significativos? Basta pensar que andámos em círculos e isso devia satisfazer-nos.

*Fichte* – De acordo. Mas isso não me satisfaz. E repito que não pode existir investigação filosófica sem que se comece por diferenciar representação e objeto.

*O leitor* – Porquê?

*Fichte* – Porque a grande, a eterna questão da filosofia, é a de saber o que se entende por realidade. Ora, jamais esclarecerás o que se entende por isso se não a diferenciarmos da noção de representação, quer dizer, enquanto não elucidares não só o que é a consciência da realidade como a realidade da própria consciência.

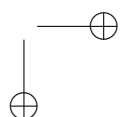
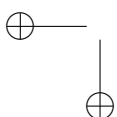
*O leitor* – Mas não te parece demasiado abstrata a palavra realidade? E que dizer de consciência?

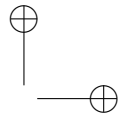
*Fichte* – Justamente. É por isso que devem ser elucidadas, pois é essa a tarefa da investigação filosófica. Contudo, quando falo em realidade tomo em consideração que toda ela é já e sempre histórica e está, por isso, sujeita a determinações.

*O leitor* – Sinto que não te consigo acompanhar.

*Fichte* – Acredito que é a da realidade, da sua necessária elucidação que devem partir todas as questões filosóficas. Ora, jamais pensaremos a realidade sem o eu, sem a capacidade da razão pôr-se a si mesmo como eu. É por isso que compete ao filósofo não apenas observar mas, principalmente, experimentar a natureza da consciência.

*O leitor* – Trabalhar em si mesmo, como alguns escreveram?





*Fichte* – Exatamente. O filósofo não pode ser um mero teórico, alguém que observaria o que se passaria dentro de si. Deve, acima de tudo, ser um experimentador, ou seja, testar a consciência e as formas que a consciência assume na sua odisseia.

*O leitor* – Que poético!

*Fichte* – Não era essa a minha intenção. O essencial é não esquecermos que a noção de realidade é efetivamente o começo da investigação filosófica. Mas, de imediato, sucedem-se uma série de questões: a consciência, a representação ....

*O leitor* – Já o disseste.

*Fichte* – Mas compreendes que a representação difere da coisa representada, precisamente porque é ativa, ou seja, é produzida por mim, pela minha consciência, enquanto a coisa é passiva? Só experimentando as representações é que podemos então aventurarmos a construir um sistema filosófico.

*O leitor* – Porquê um sistema filosófico?

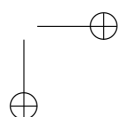
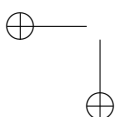
*Fichte* – Porque aspiramos a um conhecimento total dessa cadeia de representações que é, como vimos, uma cadeia de coisas efetivamente reais. É neste sentido que a filosofia pode adquirir o estatuto de metafísica, ao aspirar a elevar-se acima da experiência e ser capaz de pensá-la.

*O leitor* – Trata-se então de um sistema de uma grande complexidade ...

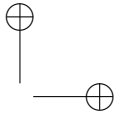
*Fichte* – Mas com a intenção de pensar o mais simples, pois visa apenas responder à questão: o que é a realidade?

*O leitor* – E qual é o interesse?

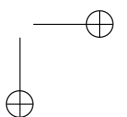
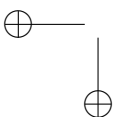
*Fichte* – Excelente palavra. Saberás que toda a razão é interessada? Que procura satisfazer os seus interesses mais íntimos, esses

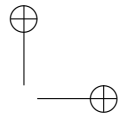






que têm a ver com a necessidade de agir e de se tornar livre? Mas esse será um bom tema para outra conversa.





## Segunda conversa

*Fichte* – Não queres servir-te? São uns bolos excelentes. Conventuais, já agora.

*O leitor* – Para já não. Obrigado.

*Fichte* – Gostaria de começar esta conversa com um resumo das minhas ideias, lembrando algumas noções que tivemos oportunidade de discutir há semanas. Importas-te?

*O leitor* – De maneira nenhuma.

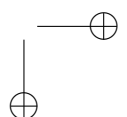
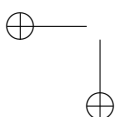
*Fichte* – Pois bem, gostaria que tomasses em consideração a forma como as coisas se organizam, por exemplo, um relógio. Julgo que concordas comigo se disser que as peças que o constituem se ajustam umas às outras. E que se quisesse compreender o seu funcionamento seria indiferente a peça que escolheria, pois, ao conhecer o seu mecanismo, sabia que todas as peças se ajustam numa ordem determinada ...

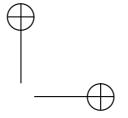
*O leitor* – Referes-te à relação entre as partes e o todo?

*Fichte* – Precisamente. Se o que interessa é o todo, e vamos imaginar que conheces o sistema, podes começar por qualquer uma das peças, pois a ordem que estabelece está de acordo com o que percebes. Há, deste modo, uma diversidade de peças que permitem o funcionamento de um mecanismo determinado.

*O leitor* – Certo. E depois?

*Fichte* – Ora, atrever-me-ei a dizer que se passa o mesmo com a consciência. Ela possui uma diversidade de elementos que poderiam, aparentemente, formar outro sistema possível. Contudo, se conheceres o mecanismo da consciência sabes então, *a priori*, como é que um elemento determinado desse diverso se adequa e se encaixa noutros.





*O leitor* – Dizes, portanto, que a consciência é como um mecanismo. É isso?

*Fichte* – A filosofia é, para mim, uma investigação sobre o diverso da consciência, aquilo que nos permite definir o sistema que a caracteriza. Ora, o erro de grande parte das filosofias foi pensar que basta fazer uma demonstração desse diverso para que isso garanta a sua existência. Não há demonstração que, de imediato, justifique a existência do demonstrado, a não ser que se tome em consideração aspetos fundamentais. Assim, a minha filosofia defende que a demonstração deve incidir sobre aquilo que há de universal e necessário na consciência. Não se deve preocupar com o que pertence à espécie e a cada indivíduo em particular, mas às determinações fundamentais de uma consciência e, portanto, ao universal e necessário. A isto chamarei uma demonstração *a priori*. Deste modo, serei capaz de deduzir o que é próprio da consciência e, ao fazê-lo, acabo também por perceber essas mesmas determinações no próprio objeto. Quer deduza (*a priori*) quer perceba (*a posteriori*) é do *mesmo objeto* que se trata, e só assim posso compreender quais são as determinações fundamentais da consciência.

*O leitor* – Estou decidido.

*Fichte* – Como?

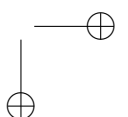
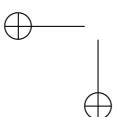
*O leitor* – Vou provar um desses bolos que parecem deliciosos.

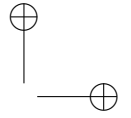
*Fichte* – Só isso?

*O leitor* – O quê?

*Fichte* – Não fazes nenhum comentário ao que acabei de referir?

*O leitor* – É engraçado como de uma diversidade de elementos se fazem coisas tão saborosas como estes bolos. Se tu falas de relógios, eu prefiro falar de bolos. Se os sabemos fazer, sabemos como é que os diversos elementos se adequam uns aos outros, qual





a quantidade que devemos utilizar, o tempo de cozedura, etc. Afinal, se conhecemos o sistema, quer dizer, o bolo, conhecemos os elementos.

*Fichte* – Brincas.

*O leitor* – Não, de modo algum. Mas é preferível comparar a consciência a um bolo do que a um relógio. Melhor: se tivesse que expor a minha filosofia começaria pelos bolos e acabaria na consciência, enquanto tu comesas pelos relógios e acabas por falar na consciência. É uma questão de gosto.

*Fichte* – Deixa de ser irónico.

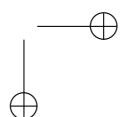
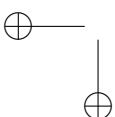
*O leitor* – Se percebi bem, o teu sistema filosófico pretende compreender a maneira como o diverso está organizado. É isso?

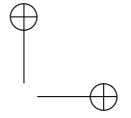
*Fichte* – Sim.

*O leitor* – A filosofia deve então, para compreender alguma coisa, reconstituir um caminho: o caminho da consciência. Ao tentar saber o que se passa connosco – como pensamos a realidade; como nos pensamos a nós mesmos, como agimos, etc. – a filosofia considera que é essencial atender ao mais simples: o facto de existirmos e de termos uma consciência dessa realidade e, portanto, sabermos intuitivamente que existe uma realidade e alguém que a percebe.

*Fichte* – Continua.

*O leitor* – O que dizes de seguida é que a consciência não é possível sem elementos, sem uma diversidade de aspetos que se conhecem intuitivamente, quer dizer, sabemos que eles existem embora se deva deduzi-los sistematicamente para que isso mereça o nome de filosofia. Eu descobro esse diverso deduzindo-o, não é? Foi por isso que disse que a consciência era como um bolo: é preciso conhecer os seus componentes se quisermos cozinhá-lo, tal como compreendemos um relógio se conhecermos as partes que o cons-





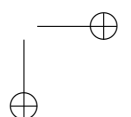
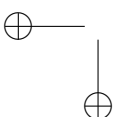
tituem e uma obra de arte se conhecermos os elementos ou até, para alguns, se soubermos reconstituir os passos que levaram à sua criação. Deste modo, ao deduzir os elementos da consciência, ao refazer a sua história, a filosofia acaba também por reconstituir a minha relação com o mundo. Porque se é verdade que devemos partir de alguma noção se quisermos filosofar, então é a consciência que merece a primazia, e isso porque há de imediato uma consciência de si em todos os indivíduos.

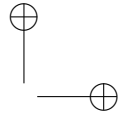
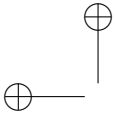
*Fichte* – Vejo que compreendeste alguma coisa das minhas palavras.

*O leitor* – O que afirmas sobre essa noção primordial que é a consciência de si, o eu, precisamente, é que, ao estarmos lançados na realidade, temos de imediato a consciência de alguém que pensa e de algo que é pensado. Assim, se o teu livro repousa junto a estes apetitosos bolos em cima da mesa, é porque, de imediato, sabemos que ao aparecerem o livro e os bolos, aparece também alguém que os percebe e lhes atribui uma realidade. Mas o extraordinário está no facto de distinguirmos imediatamente o pensamento do pensado, e só munidos desta distinção podemos então compreender que às vezes podem coincidir, ou seja, pode haver situações em que aquele que pensa é o mesmo que aquilo que é pensado – e quando se dá esta coincidência temos então a consciência do nosso eu. Ora, é desta consciência de si que temos de partir: ela é o fundamento de qualquer sistema, quer dizer, o que há de importante no humano enquanto tal, o mais fascinante, é esta coincidência. Se o filósofo não a produz, pode e deve refletir como ela se processa, deduzindo os elementos que tornam possível a consciência.

*Fichte* – Muito bem.

*O leitor* – Disse apenas o que me parece essencial. E julgo que estás tão certo desta conceção que te apressas a dizer que essa experiência da consciência de si tem qualquer coisa de universal e de necessário, quer dizer, não apenas se encontra em todos os





homens como é impossível que não aconteça, pois a intuição que se tem desta ideia traz em si o selo da verdade, tal a necessidade com que se apresenta à razão.

*Fichte* – É verdade.

*O leitor* – É apetitoso.

*Fichte* – Apetitoso?

*O leitor* – Já te esqueceste que comparei a consciência a um bolo? Sem ironia, digo que continua a ser um mistério saber como é que de um conjunto de vários ingredientes pode resultar algo tão saboroso. Mas o cozinheiro conhece esses segredos e é capaz de explicar como os faz, embora muitas vezes nos falte a arte para imitá-lo, como se houvesse um imponderável, algo que só a experiência possibilita mas que é muito difícil de explicar.

*Fichte* – E depois?

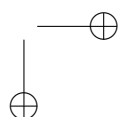
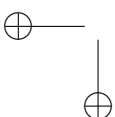
*O leitor* – Bem, o essencial é que o cozinheiro sabe fazer um bolo, tem uma finalidade, e o filósofo, ao descrever esses elementos, tem também de saber *previamente* como vai ordená-los e explicá-los. Percebes? Parece que há uma contradição: ele *já sabe* antes de explicar e, sabendo-o, não deduz verdadeiramente. Há, portanto, limites nas nossas analogias, embora permaneça a ideia de sabor, o gosto que temos de saborear e ter consciência.

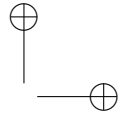
*Fichte* – Agrada-me essa ideia.

*O leitor* – A qual?

*Fichte* – A de podermos saborear a consciência.

*O leitor* – De facto, a consciência torna-se “apetitosa” na medida em que se tem uma consciência de si, quer dizer, é verdadeiramente extraordinário que seja esse o desfecho da conjugação de uma diversidade de elementos. Mas o problema reside na forma como dizes que o filósofo deve proceder: deve deduzir um conjunto



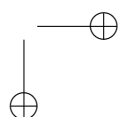
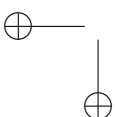


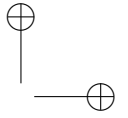
de elementos, necessários e universais e, ao fazê-lo, encontra-os intuitivamente naquilo que percebe da realidade. Mas como se faz essa dedução se não existir uma ideia prévia? Como é que sabes quais são os elementos, como vais organizá-los? E quem te diz que esses elementos não poderiam ser dispostos de outra forma? Aquilo que parece universal e necessário deixa então de o ser. Ao estares obcecado com a ideia do rigor e na tentativa de construir uma filosofia nova, deixas de fora aspetos importantes que mereciam uma reflexão mais atenta. Já sei que não concordas.

*Fichte* – Sabes qual é o problema? É que eu não invento nada, limito-me a descrever um processo que existe realmente. A filosofia, como disseste, deve reconstituir um processo, um sistema, mas esse sistema é prévio, pois a consciência é o que é, por mais disparates que os filósofos digam. É por isso que aquilo que disseste sobre o já se saber muito antes de deduzir um sistema não é, na verdade, uma objeção, mas sim a forma que a consciência tem de falar de si mesma. Lembra-te que falámos na nossa primeira conversa em representação? Pois bem, a filosofia deve representar a consciência, ou seja, a consciência tem a capacidade de se representar a si mesma, e é por isso que é importante assinalar a consciência de si como ponto de partida de um sistema. Um bolo é saboroso para alguns enquanto o meu sistema filosófico é válido para todos.

*O leitor* – Mas como sabes que aquilo que deduzes retrata o que é deduzido?

*Fichte* – Eu sei que a minha dedução não é uma dedução *real*, se atendermos ao que se passa efetivamente numa consciência empírica. Não tenho ilusões: sei que a minha filosofia é uma imagem da vida, não a própria vida. A vida é a vida, e isso é tudo. Mas dessa verdade surge a necessidade de representá-la, de deduzi-la, embora isso seja apenas pensamentos sobre outros pensamentos. Entendes? Por mais que a filosofia se esforce é sempre da experiência, da realidade, que tem de partir. E isso é visível se pensarmos





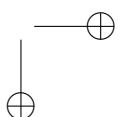
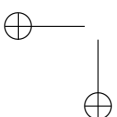
que um filósofo, por mais conhecimento que tenha do que se deve entender por sabedoria, nem por isso age de forma sábia. Conheço os limites de qualquer conhecimento. Sei que nenhuma filosofia, por si só, pode modificar a vontade ou a força humana. É por isso que jamais te deves esquecer que a minha filosofia é uma imagem da vida, não a própria vida.

*O leitor* – Então para que serve?

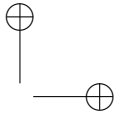
*Fichte* – Serve ao menos para teres consciência dessa diferença entre o dizer e o viver...

*O leitor* – Mas foste tu que disseste que não inventavas nada, que te limitavas a descrever um processo que existe efetivamente, embora não perceba como podes ter a certeza das tuas deduções, ou seja, como é que sabes que aquilo que deduzes é uma imagem do deduzido, da realidade da consciência empírica, precisamente.

*Fichte* – Dou muita importância à intuição. Considero, como já referi, que não há realidade sem consciência dessa realidade. Acredito também que embora não haja uma dedução real, se pensarmos naquilo que existe numa consciência empírica, há uma capacidade de nos abstrairmos, de assinalar o mais importante e reconstituir os passos que essa consciência empírica percorre. Por exemplo: as pessoas pensam em si mesmas como indivíduos, dotadas de um carácter, de uma personalidade, enfim, de um modo de ser que os diferencia das demais. Mas o que as pessoas não são capazes, a não ser que exercitem a sua reflexão, é de se abstraírem de si enquanto indivíduos e verem aquilo que há de universal e comum em todas as consciências. Isso exige abstração e intuição. Podem então libertar-se de um eu tido como psicológico e compreender que o eu nada tem, na verdade, de psicológico, quer dizer, é um ponto de partida para todos os indivíduos. Ora, o meu sistema limita-se a fazer a dedução desse processo, a representá-lo naquilo que tem de necessário, ou seja, saber como é que se parte da consciência e, através de uma sequência determinada, se chega à representação







dessa sequência. É por isso que reafirmo que o meu sistema filosófico é válido para todos, o que mostra o meu distanciamento em relação à psicologia.

*O leitor* – Percebo o que dizes, mas não posso afirmar que estou de acordo.

*Fichte* – Quais são as tuas dúvidas?

*O leitor* – Já o disse: parece-me que misturas o verdadeiro e o falso, embora reconheça que terei de pensar melhor no que afirmaste para chegar a uma conclusão. Mas admiro a tua vontade em alcançar uma visão filosófica do mundo.

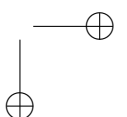
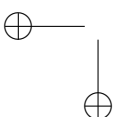
*Fichte* – Não duvides. Vejo-me como alguém que tem uma dívida para com a sociedade, um indivíduo que recebeu uma determinada educação, uma cultura, e que deve esforçar-se por honrá-la, quer dizer, deve devolver à sociedade aquilo que dela herdou.

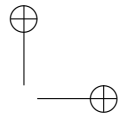
*O leitor* – Como?

*Fichte* – Se recebi tudo de uma cultura parece-me justo assimilá-la, transformá-la e oferecê-la aos outros da melhor maneira que me for possível. Devemos pensar, agir, e principalmente esforçarmo-nos por fazer justiça àquilo que julgo ser o destino de todos os seres racionais: procurar uma identidade, um estar de acordo consigo mesmo, o que não é possível sem nos apercebermos que somos acima de tudo seres que vivem em sociedade e em sociedade devem lutar pela liberdade.

*O leitor* – Pela perfeição...

*Fichte* – Será que vislumbro laivos de ironia nessa afirmação? Seja como for, que mal tem defender que o destino da espécie é aperfeiçoar-se e que isso só é possível através da liberdade? Estamos ainda muito longe desse estado, vivemos ainda escravizados, que mais não seja porque nos esforçamos por escravizar os outros.





Ora, aquele que ama a liberdade só pode lutar pela liberdade de todos.

*O leitor* – Mas onde para então o filósofo do eu puro? Onde está aquele que tanto defendeu a consciência como ponto de partida do seu sistema? Ou então: como podemos nós conciliar o facto de sermos consciência e compreender que temos um destino a cumprir no mundo, quer dizer, que mais importante do que ter consciência é compreender que somos seres no mundo, algo que ultrapassa largamente a consciência que cada um tem de si?

*Fichte* – Que queres dizer? Que me contradigo?

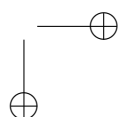
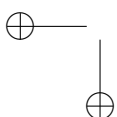
*O leitor* – Mais do que contradição parece existir uma forma trágica de viver e sentir esses apelos contraditórios. Por um lado, devo esforçar-me por ser um indivíduo, defender que devo lutar para conseguir um acordo total comigo mesmo e, por outro, sentir que nada sou enquanto indivíduo, pois só assumindo essa convicção posso efetivamente aperfeiçoar-me numa vida comunitária.

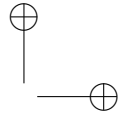
*Fichte* – Continuo a não ver nisso nenhuma contradição. Escrevi que o homem só o é na sua relação com os outros. É por isso que a educação é essencial: ela torna-nos humanos, capazes de estabelecer uma relação jurídica, ética, enfim, a noção de homem só tem sentido nesse fundo em que todos o poderão ser.

*O leitor* – Considero que os filósofos são exímios em fintar contradições. Mas a minha censura pode também visar a própria filosofia: ela começou quando o indivíduo se julgou importante, quer dizer, ao ver-se como um indivíduo tratou de filosofar porque era essa a sua maneira de se eternizar. No fundo, os filósofos são émulos de Narciso. Aliás, tu escreveste algures, sem pudor algum, que eras eterno ...

*Fichte* – Mas lembras-te em que contexto?

*O leitor* – Disseste que tinhas uma obra e, mesmo inacabada, ela desafiaria o tempo; que o tempo não poderia fazer nada para





destruir a tua liberdade e a tua teimosia. Se bem me recordo, isso tinha a ver com umas conferências em que falas do destino do sábio.

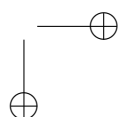
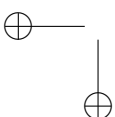
*Fichte* – Parece-me que não tens uma noção clara do contexto em que pronunciei essa afirmação, mas pouco importa. É verdade que proferi essas conferências e que falei do homem e do seu destino, em particular o destino daqueles que se dedicam a um ramo da cultura, tal como a entendo. Mas não interessa: o essencial é essa ideia estranha e absurda de transformar a filosofia em gozo narcísico. Acho que exageras e te tornas imprudente.

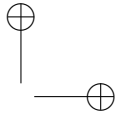
*O leitor* – Sei que foste destemido em perguntar para que servia o homem, mas depois essa arrojada pergunta esmoreceu e acabaste por dizer que o importante era contribuir para a melhoria da sociedade, para o seu aperfeiçoamento, imaginando uma sociedade sem Estado. Foi assim que acabaste por denegrir Rousseau ao dizeres como tinha sido possível ter defendido a bondade natural do homem ao mesmo tempo que lançava um anátema sobre as sociedades humanas. Assumiste o teu papel como filósofo ao pensar a política.

*Fichte* – Que queres dizer? Os filósofos não devem pensar a política?

*O leitor* – Claro que devem, mas não deixa de haver uma confusão entre essa história do eu puro e o destino do sábio nas sociedades humanas. Mas tens ao menos razão numa coisa: essa confusão é mais atual do que nunca, ou seja, por todo o lado se vê a defesa do indivíduo, entrincheirado num narcisismo sem precedentes e, por outro, uma tentativa de pensar a política e considerar que ela só é pura quando se livrar de vez dos malefícios do individualismo. Se em privado devemos ter virtudes individualistas, em público devemos ser sensíveis à participação cívica e comunitária.

*Fichte* – Valerá mesmo a pena responder-te?





*O leitor* – Acho que não. Sabes: vou comer mais um destes bolos e retirar-me. Teremos oportunidade de retornar a estes temas, mas não tenho a certeza se vais voltar a pôr bolos tão deliciosos em cima da mesa.

*Fichte* – Podes comer os que quiseres, mas não te deixo partir enquanto não me deixares acabar a conversa.

*O leitor* – Mas não disseste tudo o que tinhas para dizer?

*Fichte* – Há um assunto que deve ser esclarecido.

*O leitor* – O qual? Essa história das relações entre a filosofia e a política?

*Fichte* – Não tanto. De momento interessa-me que compreendas a importância do eu puro e da forma como temos a intuição de nós próprios. De facto, quando digo que tenho a intuição de mim é de imediato a minha consciência que me aparece.

*O leitor* – Continua.

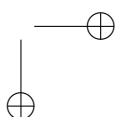
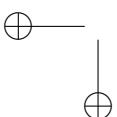
*Fichte* – Quero chamar-te a atenção para aquilo que és, ou seja, o ato inicial que te leva a dizer que tens uma consciência e sabes quem és.

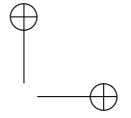
*O leitor* – Afinal, é isso o mais importante em cada indivíduo.

*Fichte* – Certamente. Se quiseres surpreender-te a ti mesmo; se quiseres saber quem és, o que encontras? A tua consciência, dada de forma intuitiva! Mas se pensares que o eu é um mero sujeito, estás equivocado.

*O leitor* – Não percebo porquê?

*Fichte* – É que o eu é de imediato um sujeito e um objeto, quer dizer, a consciência seria totalmente incompreensível se fosse apenas sujeito. Tens de pensar que partes de uma intuição de ti mesmo mas, ao fazê-lo, compreendes que essa intuição só é possível devido ao não-eu.





*O leitor* – Agora é que não te compreendo.

*Fichte* – Se és uma consciência pões-te de imediato a ti próprio.

*O leitor* – E isso é assim tão importante?

*Fichte* – Com certeza. É daqui que tudo começa. Toda a aventura humana, todo o mistério, começa com essa intuição simples em que te dás a ti mesmo. Depois, passas a vida a tentar perceber esse começo ...

*O leitor* – É uma perspetiva.

*Fichte* – Uma perspetiva?! Apenas isso?

*O leitor* – Que queres que te diga? Apesar desses malabarismos, acabas por encerrar tudo na subjetividade. Bem poderias começar por outro absoluto que não esse.

*Fichte* – Por exemplo?

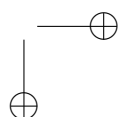
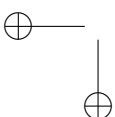
*O leitor* – Poderias ultrapassar esse exacerbamento da consciência – apesar de insistires que ela não é subjetiva ao mostrar o primado do eu, pois situa-se aquém do sujeito e do objeto, e consideras que, se partes do eu partes também do não-eu – enfim, por mais que te esforces, não escapas à suspeita de seres um idealista.

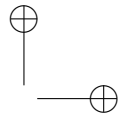
*Fichte* – E depois?

*O leitor* – Bem, poderias considerar outro absoluto, aquele que ultrapassa a cisão entre sujeito e objeto e sabe que pode haver um absoluto que os reúne.

*Fichte* – Conheço alguém que já se serviu dos mesmos argumentos.

*O leitor* – Talvez. Mas o que estou a dizer é que há de facto outras maneiras de começar um sistema filosófico. E a verdade é que o mais importante é a maneira como se pensa o sujeito e o objeto, sejam quais forem os nomes que possam assumir, como alma e corpo, mente e matéria, pensamento e pensado, etc. Há,





como dizê-lo, uma cisão entre estes termos e podemos-nos esforçar por ultrapassá-la.

*Fichte* – És capaz de dizer como?

*O leitor* – Para quê? Até as nossas conversas têm limites! Melhor: há argumentos que tu jamais aceitarás, como se eles fizessem desabar o teu sistema. Mas nisso não estás sozinho: é assim com todos nós.

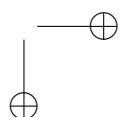
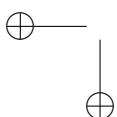
*Fichte* – Mesmo assim. Não queres tentar expor os teus argumentos?

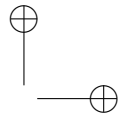
*O leitor* – Hoje não. Talvez outro dia. Mas deixa-me dizer-te que a grande diferença entre nós é que vives obcecado com um fundamento, enquanto eu considero que não necessitamos de fundamentos ou princípios para nada.

*Fichte* – Falaste bem. A verdade é que não consigo conceber uma reflexão, seja filosófica, ética ou política, se não partirmos de um princípio...

*O leitor* – O problema é que tu dramatizas esse princípio, quer dizer, dás-lhe uma importância desmesurada, quando, para mim, posso pensar sem essa obsessão do princípio. Fico, como dizê-lo, mais livre. E apesar de teimares em considerar que a minha posição é cética, eu prefiro considerá-la livre, radicalmente livre, pois gosto de argumentar sem sentir necessidade de ancorar os meus argumentos em qualquer coisa de metafísico.

*Fichte* – Bem, esta é de facto uma diferença radical entre nós. Mas espero que em futuras conversas se possa esclarecer melhor as nossas perspetivas.





### **Terceira conversa**

*O leitor* – Na última vez que conversámos não fiquei muito esclarecido sobre o teu sistema. Há qualquer coisa que me escapa, mas espero que possas esclarecer as minhas dúvidas.

*Fichte* – Com o tempo e a atenção que estas coisas requerem, muito se resolverá. Mas o importante é cada um tentar, por si mesmo, descobrir a solução.

*O leitor* – Sabes, tive sempre dificuldade em compreender o que se chama pomposamente “pensar por si mesmo”. Nunca aceitei que existisse uma diferença clara entre “pensar por si mesmo” e “pensar como os outros pensam.” Ou me engano muito ou há aqui uma confusão que passa de geração em geração, como se fosse fácil distinguir entre aqueles que têm a coragem de se servirem do seu próprio entendimento, que ousam pensar, e aqueles que, embora pensando, se limitam a repetir o pensamento dos outros.

*Fichte* – Não vejo onde está a dificuldade.

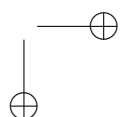
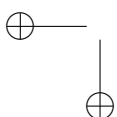
*O leitor* – Ela não está apenas no facto de eu ter dito, ironicamente, que os últimos “pensam”, embora limitando-se a repetir o pensamento dos outros. O problema reside em não se saber exactamente o que é um indivíduo que pensa por si mesmo e se liberta assim do já dito e do já pensado.

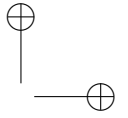
*Fichte* – Todo o pensamento digno desse nome deve mostrar a sua autonomia, a sua força e a capacidade de encontrar as suas próprias respostas. O que, reconheço, é difícil.

*O leitor* – Muito difícil, na verdade. É que para além de não sabermos exactamente o que significa pensar, também não sabemos o que significa esse si mesmo a que o pensamento se refere.

*Fichte* – Não te desprendes com facilidade do teu ceticismo, desse incorrigível ceticismo, pois não?

*O leitor* – Mas não duvides que ainda bem que é assim. O pro-





blema é que há palavras que parecem simples e acabam por se mostrar complicadas. Acredito que “pensar” é uma palavra que temos imensa dificuldade em definir, e ainda mais “pensar por si mesmo”. É verdade que podemos sempre dizer que o pensamento tem a faculdade de esclarecer as nossas intuições, justamente aquilo que ocorre na nossa consciência. Ora, para haver uma unidade e um síntese destas facetas teremos de considerar que há um eu que constantemente as reúne.

*Fichte* – Uma vez mais, não percebo onde se encontra a dificuldade. Afinal, parece que tu próprio acabas por encontrar soluções para os problemas que levantas.

*O leitor* – Aparentemente. O que sei é que se tentarmos perceber o que se deve entender por “pensar por si mesmo” acabamos por regressar às perguntas habituais: Quem sou eu? Quem és tu? Que estranhos seres somos a ponto de acreditarmos que temos uma consciência, uma vontade, um pensamento e uma capacidade única de nos servirmos de todas estas faculdades?

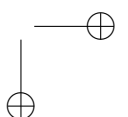
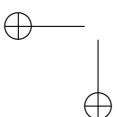
*Fichte* – Esqueceste-te das nossas conversas anteriores? Valerá a pena relembrar-te que essa é outra das minhas preocupações? Há muitos anos que reflito nesses problemas e regozijo-me por saber que as nossas interrogações são semelhantes.

*O leitor* – A minha preocupação é a de saber para que serve um eu? De onde surge essa noção de identidade pessoal e essa teimosia em lhe dar uma unidade e uma singularidade.

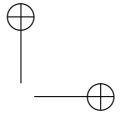
*Fichte* – Relembro o que escrevi outrora: há uma ideia de conexão imediata, algo que se prende com o facto de o eu aparecer imediatamente a si mesmo ...

*O leitor* – Ah! Essas expressões que foram tão ridicularizadas: “Eu sou, simplesmente, o que sou”, ou então, “eu sou somente para mim”, o “eu põe-se a si mesmo como eu”...

*Fichte* – Não vale a pena continuares. Na altura fui enxova-







lhado por ter escrito algumas dessas expressões, mas lastimo que não me tenham compreendido.

*O leitor* – Penso que te referias ao facto de haver uma conexão entre o eu que aparece a si mesmo e se conecta enquanto sujeito e predicado. É isso?

*Fichte* – Quis dizer que teremos de partir dessa identidade formal: a de que o eu se dá de imediato a si mesmo. É esse o maior dos enigmas.

*O leitor* – Será? E a questão da vida, da morte, da realidade ...

*Fichte* – Mas estes enigmas nada seriam se não fosse essa conexão primordial na qual há uma consciência que diz eu e se vê como tal. Tudo (o mundo, a vida, a morte) nasce daqui.

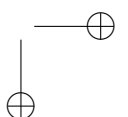
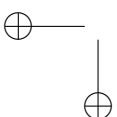
*O leitor* – Mais do que dizer que a tua filosofia está errada – o que seria um disparate, pois não há filosofia digna desse nome que, sem mais, se possa considerar errada –, ela pode não ter interesse. Melhor: tens de imaginar leitores que digam que não se sentem atraídos por essa ideia do eu, esse princípio que reputas de extrema importância.

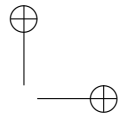
*Fichte* – Qual será então o princípio?

*O leitor* – Mas porquê princípio? Repito: terá de haver um princípio, um fundamento?

*Fichte* – Mas não te parece que o maior dos enigmas é o eu pôr-se a si mesmo como eu?

*O leitor* – Insistes na mesma ideia. Mas repara que muitos leitores poderiam responder-te que não se sentiam na obrigação de te refutar, pois nada do que afirmas é, para eles, suficientemente interessante a ponto de merecer uma refutação. Eles podiam colocar-se à margem das tuas reflexões. Apenas isso. No que me diz respeito, insisto que não sei para que serve o eu.





*Fichte* – Mas se ainda não sabes o que é como é possível perguntares para que serve? Não te entendo.

*O leitor* – Não distingo as questões. Não acredito que se possa compreender o que se entende por eu sem dar uma resposta à finalidade que lhe atribuímos. Penso até que deveríamos eliminá-lo.

*Fichte* – Eliminá-lo?

*O leitor* – Exatamente. O problema maior da ética e da política é esta crença absurda num eu e em tudo aquilo que ele acarreta. Relembro o que afirmei: não encontro nele nenhuma finalidade.

*Fichte* – Finalidade?

*O leitor* – Sim. Para que servem animais que tenham uma consciência e uma noção de identidade pessoal? Que ganham eles ao adquirirem essas propriedades? Tenho a vaga ideia que esta questão é essencial; que ela nos obriga a repensar a espécie humana e a ideia que cada um faz de si mesmo. Mas há mais.

*Fichte* – O quê?

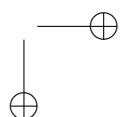
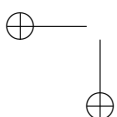
*O leitor* – Não poderemos dizer que o eu, antes de ser um sujeito, algo que cada um descobre em si e o singulariza, é antes um objeto?

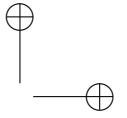
*Fichte* – Agora é que não te percebo de todo.

*O leitor* – Insisto: poderíamos, na verdade, considerar o eu como uma imagem que me é dada a partir dos outros. Neste sentido, tudo aquilo que digo acerca de mim, essa intimidade de mim comigo é antes uma astúcia que a espécie se encarregou de aperfeiçoar.

*Fichte* – Explica-te melhor.

*O leitor* – Temos, é certo, imagens de nós, e não deixamos de as ter enquanto possuímos uma vida. Se reparares, a forma como te pensas e sentes não teria qualquer sentido se não te imaginas-





ses desta ou daquela forma, quer dizer, as imagens que tens de ti próprio surgem da relação que estabelececes com os outros.

*Fichte* – E é essa relação que é prioritária?

*O leitor* – Exatamente. Não há, então, *um* eu, ou antes, a ideia de unidade só surge porque é determinada pelo outro e pela relação que tenho com ele.

*Fichte* – Mas em que medida isso põe em causa a intimidade de mim comigo?

*O leitor* – Já te disse: trata-se de uma artimanha, de uma astúcia da espécie, se assim me posso exprimir. O que digo é que essa intimidade só tem sentido porque somos, de imediato, seres lançados no mundo. Repara: se tenho de mim uma ideia, esta só pode nascer de uma relação.

*Fichte* – Entre ti e os outros?

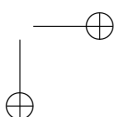
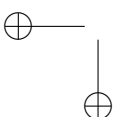
*O leitor* – Se assim fosse estaríamos a considerar aquilo que estou a recusar, ou seja, seria uma relação entre mim e os outros quando o que pretendo é dizer que não há “mim” sem os outros. Entendes?

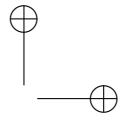
*Fichte* – Nem por isso. Acho que te contradizes, ou então, que não sabes ao certo o que pretendes. Penso que há uma grande confusão na tua cabeça.

*O leitor* – A minha convicção, ao seguir este raciocínio, é a de que te vês sempre a ti mesmo como um objeto e não como um sujeito. Descobres isso se atentares na relação que manténs com os outros.

*Fichte* – Como?

*O leitor* – Se reparares, olhas para ti como se fosses um outro. É verdade que tens uma noção de intimidade, mas ela é derivada, não é primordial, como, presumo, tu não te cansas de defender.





Acabas por ter uma intimidade a partir da imagem que formaste de ti. E isso continua pela vida fora.

*Fichte* – Por exemplo?

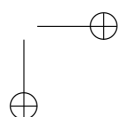
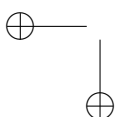
*O leitor* – É imediata a forma como pensas que os outros te veem, aquilo que pensam de ti, enfim, pensas insistentemente que os outros pensam que tu estás a pensar isto ou aquilo. Entendes? Aquilo que dizes de ti é sempre mediado por aquilo que pensas que os outros dizem de ti. É inevitável.

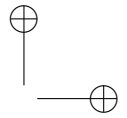
*Fichte* – E depois?

*O leitor* – Bem, o mais engraçado é que te amas desse modo. O tão falado amor-próprio é, simultaneamente, causa e efeito deste processo nada simples.

*Fichte* – É verdade que podemos refletir sobre a noção de identidade pessoal de outra forma. Vejamos: inicialmente o eu é dado, ou seja, oferece-se à consciência que se tem de ti próprio. São os outros que dizem quem és e tu interiorizas esse saber, fazes dele um saber teu. Mas a identidade pessoal começa verdadeiramente quando tens a coragem de repensar esse saber *estranho*, alcançando assim o teu próprio saber sobre o que és. Direi que está aqui a dignidade de ser, a justificação da existência individual.

*O leitor* – Bom, aquilo que era para ti uma evidência, consequência de uma reflexão filosófica, é agora encarado de outro modo. De momento, consideras que somos influenciados pela sociedade onde nascemos e fomos educados. Falas então no dever de nos tornarmos dignos, de justificar a existência. Mas porquê dignidade? Que ganho em saber quem sou? Por que hei de querer saber quem sou e em que medida isso me torna mais digno? Vais depressa demais, e parece-me que caís no erro que denuncias: tornar-se digno não será, afinal, um saber estranho, emprestado, precisamente aquilo que os outros querem que tu penses? Mas estarás efetivamente a pensar por ti mesmo? Pode sempre dizer-se





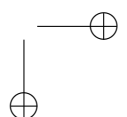
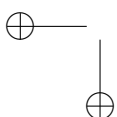
que foram os outros que te ensinaram a pensar que era útil encontrar certeza e satisfação num eu, em qualquer coisa que nos individualizasse e nos tornasse únicos. É deste modo que até a noção de identidade pessoal, que parecia tão íntima, acaba por ser uma ideia que nos foi legada pela nossa cultura.

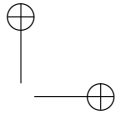
*Fichte* – O teu ceticismo enerva-me. Direi que, enquanto existentes, cada um vê as coisas de forma determinada. É extraordinário como, ao abrires os olhos, vês um mundo já feito, já mobilado. Todos os teus sentidos te oferecem um mundo determinado, como se cada coisa tivesse as suas propriedades, as suas características, o seu lugar. O mundo está sempre mobilado, para onde quer que te voltes. As coisas têm ou não cores, ouvem-se ou não, enfim, cada coisa é, precisamente, uma coisa.

*O leitor* – E depois? Qual a relação entre o determinado, o facto das coisas se tornarem efetivamente coisas por terem uma cor, um volume, um gosto e sei lá que mais, e a noção de identidade pessoal?

*Fichte* – Bem, tens necessidade de te determinar a ti mesmo. Ter a intuição de si é ver-se de modo determinado. Como poderia ser de outra maneira? Reconheço que é difícil explicar porque é assim, mas o certo é que o impulso inevitável para a determinação corresponde à forma como compreendes não apenas o mundo como a tua identidade. Quando percecionas as coisas acabas simultaneamente por te determinar a ti mesmo, pois, se tens sensações, elas são, de imediato, remetidas para uma consciência que as sente. É assim que sabes imediatamente que tens sensações de algo que te é exterior e, simultaneamente, de ti mesmo que as sentes. É isso, aliás, que permite compreender porque é que cada sensação é uma sensação determinada, pois os conteúdos são determináveis em função de uma forma.

*O leitor* – O que gostaria que me esclarecesses é porque terão as coisas essa determinação. O que haverá em nós e na natureza





que faz com que o mundo seja sempre desta ou daquela forma, deste modo e não de outro?

*Fichte* – Temos a intuição de nós próprios como uma consciência. Há, assim, uma consciência de si imediata. Mas não vivemos apenas de intuições: cada um pode deduzir a forma como o mundo foi, é e será. E isso é fantástico.

*O leitor* – Porquê fantástico?

*Fichte* – Se soubesses tudo o que há a saber sobre cada instante, sabias tudo o que o tinha precedido e tudo o que se seguiria. Cada instante é uma parte de um todo que o espelha invariavelmente. Se queres saber porque é que as coisas são como são receio que nem eu nem ninguém te poderá responder. Mas elas são uma cadeia de instantes que o pensamento pode efetivamente deduzir.

*O leitor* – Não foste tu que disseste que se mudássemos um grão de areia no universo os instantes que se seguiriam seriam diferentes se acaso não tivéssemos feito tal alteração?

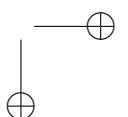
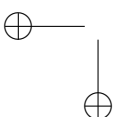
*Fichte* – De facto, se mudares um grão de areia não é só o mundo que se torna diferente, mas também a maneira como o representas. Esta ideia de pequenas causas darem origem a grandes efeitos, como agora se diz, é uma banalidade, qualquer coisa que se entranhou de vez no senso comum, uma das suas ideias mais insistentes.

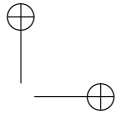
*O leitor* – Reconheço-o. Mas julgo que houve outras pessoas que o disseram antes de ti.

*Fichte* – É verdade. Pela minha parte, quis dizer que fazemos parte da natureza e que somos, nesse sentido, como grãos de areia. Se num instante determinado algo se altera, então não é apenas o futuro que se altera ...

*O leitor* – Que dizes?

*Fichte* – Também se altera a visão que temos do passado. Em





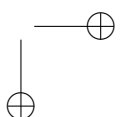
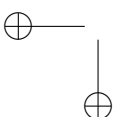
cada instante, em cada parte, há uma dinâmica que altera a totalidade do futuro e também do passado. Mas o que faz com que as coisas sejam assim, isso está para além da minha compreensão.

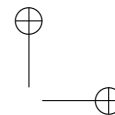
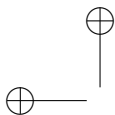
*O leitor* – Não sei se a tua ideia é pertinente. Sobre isso direi apenas duas coisas. A primeira é de não se saber se a alteração do grão de areia, a sua deslocação, por exemplo, corresponde a um gesto de liberdade ou de necessidade. Eu sei que é fastidiosa esta ideia, mas atrevo-me a lembrá-la por não se saber exatamente se o todo prevê tais deslocações ou se, a qualquer momento, ele é reorganizado de forma imprevisível. A outra ideia é a de que haverá sempre alterações, o que retira pertinência às tuas observações. De facto, mesmo que um grão de areia não seja deslocado, esse repouso não acabará por produzir alterações no passado e no futuro, o que, uma vez mais, permite a sua reorganização? Mas se regressarmos à tua ideia, penso que aquilo que imprime essas mudanças são forças internas e externas. É assim, não é?

*Fichte* – Estás a lembrar-te do que escrevi, não é verdade? Há de facto forças internas, aquilo que permite que cada coisa se possa desenvolver como se desenvolve – uma árvore como árvore, um homem como homem, etc. – e forças externas, quer dizer, circunstâncias que se relacionam com outras forças e que podem assim interferir com as primeiras. É por isso que tudo, no universo, é um jogo de forças.

*O leitor* – É extraordinário como tens tanta certeza dessas forças, ou então, como és capaz de representá-las. Mas embora saiba que me vais acusar uma vez mais de ceticismo, é provável que essa tua noção – a de força – explique menos do que seria desejável.

*Fichte* – A tua obsessão é duvidar de tudo, mas acho que dos meus escritos e das nossas conversas anteriores se depreendem bons argumentos para mostrar que tal não é possível. Se queres explicar tudo arriscas-te a não compreender nada, pois vives obcecado em interrogar qualquer fundamento e, ao fazê-lo, impedes





a construção do raciocínio. Tens de aceitar que há pontos de partida, princípios que nos permitam erguer argumentos, e reconhecer ainda que nem tudo é explicável para os seres humanos. Mas isso, se não estou em erro, já foi referido em conversas anteriores.

*O leitor* – Já foi de facto debatido, embora o meu ceticismo indique apenas uma posição metodológica. Não quero deixar nada por compreender e é por isso que não me satisfaço com muitas coisas que afirmas. Mas, bem entendido, o facto de não querer deixar nada por compreender não significa que se possa compreender tudo.

*Fichte* – Mas o que é que não te satisfaz em relação à noção de força?

*O leitor* – Sei lá, parece-me que, sendo um conceito físico e filosófico, acaba também por possuir uma aura metafísica, como se tudo, no universo, não passasse de um jogo de forças, internas e externas, e tu mesmo, ao nascer, viver e morrer, nada mais fosses do que a manifestação de uma força. Aliás, segundo percebi, tudo o que existe nada mais é do que a manifestação de forças. Não é isso?

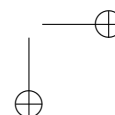
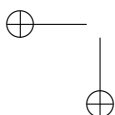
*Fichte* – Exatamente. As plantas, os animais, a própria consciência, são apenas manifestações de forças interiores a esses seres, dotadas de um poder de vencer outras forças que, eventualmente, se quiseram opor ao seu nascimento e desenvolvimento.

*O leitor* – Então a consciência de si é apenas a manifestação de uma força da natureza como outra qualquer? Nada a diferencia do aparecimento e desenvolvimento de uma planta, de um animal ou até de um grão de areia?

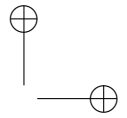
*Fichte* – Nada, efetivamente.

*O leitor* – E como o sabes?

*Fichte* – Já o disse: pela dedução.







*O leitor* – Mas não te parece que, de acordo com o teu ponto de vista, introduzes não tanto uma dinâmica na natureza mas uma vontade cega, ou antes, um determinismo material que impede a manifestação de qualquer vontade ou liberdade?

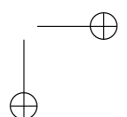
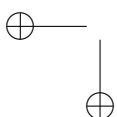
*Fichte* – Imagina que a árvore tem consciência; que qualquer animal, até um grão de areia, são dotados de consciência de si? Não achas que em nada modificariam o seu comportamento? Eles comportar-se-iam respetivamente como árvores, animais ou grãos de areia e sentir-se-iam livres se pudessem tão-só desenvolver as propriedades que a natureza lhes tinha conferido.

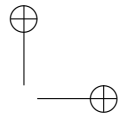
*O leitor* – Fazes-me lembrar Espinosa e essa história da pedra que, ao cair, se acaso fosse dotada de consciência, consideraria que era livremente que o fazia.

*Fichte* – Não pretendo ir tão longe, embora reconheça que as minhas palavras o pudessem sugerir. Acredito que a natureza se serve de mim para realizar um desígnio que me escapa, ou seja, é a partir dos entes que vai criando que ela se realiza em totalidade, pois as coisas são partes de um todo que se chama natureza. Repara, eu jamais poderei compreender porque é assim, como se existisse uma espécie de intimidade na natureza que nos impede de compreender os seus desígnios. Mas a verdade é que, naturalmente ou não sei imediatamente quem sou, quer dizer, tenho uma consciência de mim mesmo. E isso é extraordinário. Reconheço que a natureza age em mim muito mais do que eu na natureza, mas sou também dotado de uma força capaz de dizer o que quer, de compreender, enfim, capaz de se autonomizar em relação a outras forças.

*O leitor* – E depois?

*Fichte* – Não vês? É aqui que entra a noção de vontade, de liberdade, enfim, nem tudo acaba por ser tão mecânico como parecia. Quando me descubro enquanto consciência, posso então libertar-





me das ideias estranhas acerca de mim e tornar-me eu mesmo: um ser livre e dotado de vontade.

*O leitor* – Estás a fazer um esforço incrível para conciliares o inconciliável?

*Fichte* – Como?

*O leitor* – Tens, por um lado, a ideia de força, natureza, totalidade, enfim, o facto de fazermos parte de uma natureza que nos transcende, mas, por outro, falas na capacidade de querer, desejar, agir desta ou daquela forma e, por isso, de liberdade.

*Fichte* – Não vejo porque não podemos pensar nestas duas perspetivas. Saber o que há, em cada um delas de verdadeiro sem que as tenhamos de excluir. A verdade de uma não tem de ser a falsidade da outra, mas pode efetivamente haver conciliação dos dois pontos de vista.

*O leitor* – É verdade que na tua infância trabalhaste num tear e guardaste gansos?

*Fichte* – Como?

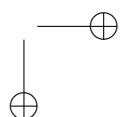
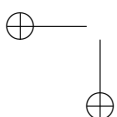
*O leitor* – E que tiveste a sorte, quando publicaste um livro, de te terem confundido com Kant?

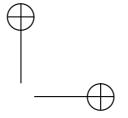
*Fichte* – Não percebo onde queres chegar. A que propósito surgem essas observações?

*O leitor* – Eu esclareço: não te parece que a vida toda é um sonho? Não tens essa sensação? Na verdade, se começamos a pensar na nossa vida, na forma como os instantes se sucedem, nessa ideia de consciência e de forças interiores e exteriores, tudo se assemelha a algo inexplicável que só a palavra sonho parece simbolizar.

*Fichte* – Se quiseres ver as coisas dessa forma não me oponho.

*O leitor* – Não sei se entendes tudo aquilo que pretendo transmitir. A ideia é a de que estas relações entre forças são tão miste-





riosas que, por mais esforços que façamos, apenas nos resta reconhecer que o pensamento não pode solucionar os problemas que ele mesmo descobre. Além do mais, a palavra sonho também indica que tudo se passa em nós sem que tenhamos a mínima possibilidade de interferir, de alterar a forma como nos relacionamos com o mundo. Se é impossível não teres guardado gansos na tua infância e de não te terem confundido com Kant; se te é impossível alterar o passado, também nada poderás fazer quanto a alterar a forma como as forças se manifestam e confrontam.

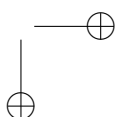
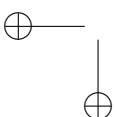
*Fichte* – O que me aborrece é que destróis totalmente a noção de liberdade.

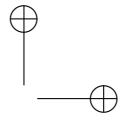
*O leitor* – Acabo por ser forçado a fazê-lo se seguir o teu sistema, mesmo que te esforces por negá-lo. Fazes da consciência uma ação, uma força, dizes que podemos pensar o pensamento e seguir-lhe o rasto; consideras que a consciência é imediatamente ativa, e é nisso que reside a sua liberdade, mas esqueces-te que afirmas outras coisas sobre a consciência que parecem anular essa tua fé na liberdade. A não ser que eu esteja a confundir tudo. Que achas?

*Fichte* – Acho que estás a confundir tudo. E é provável que não me tenha explicado como convém nos meus livros, embora me esforçasse por fazê-lo, pois são inúmeras as reformulações do meu sistema. Mas sempre tive um grande respeito pelo leitor, por todos os leitores.

*O leitor* – Espero que me ajudes a dissipar a minha confusão.

*Fichte* – O mais importante é pensarmos que o nosso destino não é o saber. Não apenas o indivíduo mas a totalidade da natureza e o destino da espécie indicam uma caminhada em direção à perfeição. Se assim não fosse a vida não teria qualquer sentido. Ora, se esta é a minha convicção, dir-te-ei que o mais importante é *agirmos* de acordo com um saber. Melhor: é a ação que determina





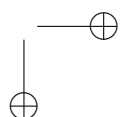
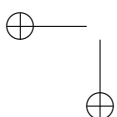
o valor do saber, e não imagino que possa ser de outro modo. É por isso que o saber deve assentar na *crença*, essa convicção firme, esse sentimento que se encontra em cada indivíduo e que mostra a necessidade de dar um *valor* ao saber. De que valeria o conhecimento se não tivesse valor, quer dizer, se não fosse tido como um bem que se deve perseguir e alcançar?

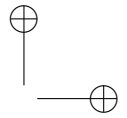
*O leitor* – Mais importante do que o saber é o valor que lhe conferimos, é isso?

*Fichte* – Exatamente. E repara que isso tem consequências indeléveis. Dizer que o mais importante é o valor do saber, remetenos para a vida ética e para a noção de vontade e de consciência moral. Considero assim que a verdade surge da consciência moral. E acrescento que cada um se forma a partir da vontade e não do entendimento. Portanto, nenhum saber se pode demonstrar e fundamentar a si mesmo. Entendes? Só agindo descubro as coisas fora de mim, mesmo que reconheça que a consciência seja de imediato consciência de mim e daquilo que está fora de mim. Mas só agindo escapo ao inferno das demonstrações e das deduções e me descubro como ser moral. A intuição de mim mesmo nada é comparada a esta descoberta: a de que sou um ser que age, dotado de vontade, de consciência moral e cujo destino não se esgota no mundo sensível, embora seja a partir dele que se pode alcançar outros mundos.

*O leitor* – Compreendo.

*Fichte* – É então a ação que me permite escapar à relação causa – efeito que caracteriza a natureza e reencontrar essa liberdade de ser agindo, o que justifica a impossibilidade de a natureza ser apenas um jogo de forças. Se o fosse nem sequer a ação humana, a sua liberdade, teria o mínimo sentido. E seria também estulto imaginar um mundo melhor, um mundo que nos ajude a compreender a sua razão de ser e ainda a convicção de que efetivamente se aperfeiçoará.





*O leitor* – Atrevo-me a dizer que há mais poesia do que verdade nas tuas afirmações ...

*Fichte* – Vê as coisas assim: o eu não é uma faculdade, mas sim um agente. Ora, para haver um eu originário terá de existir ação, como dissemos. Mas que significa ação? Nada mais do que querer! – e esta é a sua característica fundamental. O eu nada mais é do que um querer capaz de representar o mundo. Mas é errado pensar que o querer e a representação se acrescentam ao eu. Não! O eu é, em si mesmo e enquanto tal, querer e representação.

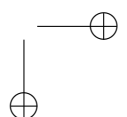
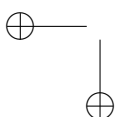
*O leitor* – O eu! Sempre o eu!

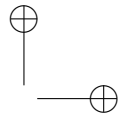
*Fichte* – Bem, não vamos voltar ao início das nossas conversas! Digo apenas que é impossível que o ser racional não parta de si mesmo. O pensamento, a noção de objeto e sei lá que mais, só têm sentido para um ser para o qual tudo isto pode fazer sentido. Como poderia ser de outro modo?

*O leitor* – Não adianta insistir contigo. Convenço-me, cada vez mais, que há limites em qualquer discussão. Não tanto que seja necessário chegar a um acordo, mas sim que qualquer discussão esbarra com a diferença de pontos de vista.

*Fichte* – Se discutirmos mais e melhor um de nós terá de ceder. A razão tem muita força.

*O leitor* – Até nisso estou em desacordo. Quanto a mim, a razão tem a força que cada um lhe dá.





### Quarta conversa

*O leitor* – Tenho reparado que tem existido, em todas as nossas conversas, uma preocupação com a ideia de liberdade.

*Fichte* – É verdade.

*O leitor* – Mas que poderemos entender por isso?

*Fichte* – A minha convicção é que a liberdade é indissociável do eu. Antes de tecer outras considerações, como o da liberdade ética ou política, por exemplo, teremos de compreender essa relação que me parece primordial e que consiste na intimidade que se estabelece entre a liberdade e a consciência.

*O leitor* – Não começará com os outros, quer dizer, poderíamos compreender a liberdade se não existissem outros seres?

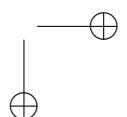
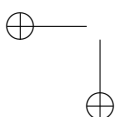
*Fichte* – O que defendo é que ainda antes de qualquer consideração ética, devemos mostrar que liberdade e consciência são noções indissociáveis. Só depois é que poderás compreender que o conceito de direito, por exemplo, decorre de uma relação necessária entre seres livres.

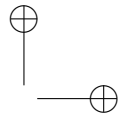
*O leitor* – Como?

*Fichte* – Repara que sustento que antes da liberdade nada há, ou seja, nada compreenderíamos se não associássemos liberdade e consciência. Ora, se a liberdade é inseparável da própria consciência; se ela se determina como um eu, é então o mais real que podemos imaginar.

*O leitor* – É por isso que defendes que a liberdade está no início de tudo, não tanto qualquer coisa que se encontra no meio ou no fim de um trajeto, mas sim aquilo que permite que esse mesmo trajeto aconteça. Perdoa-me as minhas palavras, mas esforço-me por entender as tuas afirmações.

*Fichte* – Se o trajeto a que te referes é a odisseia da consciência humana estou plenamente de acordo. Mas essa posição origina,





como dizer, uma espécie de vertigem. A vertigem da liberdade, a sua relação primordial com o eu, o elo entre cada um e a sua liberdade, como se fossemos feitos dessa vertigem, permite-nos compreender a vida e a morte de outro modo.

*O leitor* – Se bem entendo, o simples facto de te determinares como um eu só é possível porque te sentes livre.

*Fichte* – Repara: nós somos, acima de tudo, seres que sentem. A todo o momento estamos limitados por aquilo que sentimos e transitamos inevitavelmente de uma forma de sentir para outra. Poderemos ter a certeza que será sempre assim enquanto vivermos. A vida é feita desses estados e da imperceptível passagem de uns para outros.

*O leitor* – Continua.

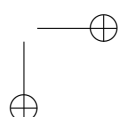
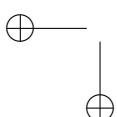
*Fichte* – Ora, o sentimento tem qualquer coisa de passivo, se entendermos por isso a forma como as coisas nos vão acontecendo. Mas o extraordinário é que temos sempre de sentir qualquer coisa e sentimo-nos imediatamente a nós próprios. O eu apresenta-se inteiro no sentir, e se está inteiramente no que sente está inteiramente em si mesmo ao sentir.

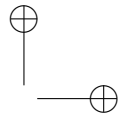
*O leitor* – Queres dizer, por exemplo, que se sinto algo como doce é porque me sinto como doçura?

*Fichte* – Podes dizê-lo desse modo. Se sentes algo amargo és tu mesmo que te tornas amargo; se amas alguém és tu mesmo que te amas nesse amor. Se assim não fosse os sentimentos teriam qualquer coisa de incompreensível, pois não designariam aquele que se sente, o que seria absurdo.

*O leitor* – Mas a verdade é que se tenho, neste ou naquele momento, um sentimento de doçura não posso, manifestamente, sentir o amargo.

*Fichte* – Sem dúvida. Não podes sentir ao mesmo tempo o doce





e o amargo, o liso e o rugoso, o amor e o ódio, só podes sentir este ou aquele estado, embora eles se possam suceder.

*O leitor* – Podemos então dizer que os sentimentos nos limitam?

*Fichte* – É essa a sua característica fundamental. Sentir é determinar, é limitarmo-nos a isto ou àquilo. O sentimento deixaria de existir se não reunisse a experiência da passividade e da limitação. Mas não só: nesse primeiro momento, é o eu que surge limitado. Tu podes sentir o doce e, posteriormente, o amargo. Ora, o que há de comum entre ambos é que se trata do *mesmo eu* que os sente – embora isso necessite de ser demonstrado.

*O leitor* – Queres dizer que vou sentindo à medida que vou vivendo, e o extraordinário é que seja eu mesmo que vai sentindo estados diferentes.

*Fichte* – Certo. Mas tu estás, de cada vez, inteiramente no que sentes. És inteiramente doce quando saboreias o doce, és inteiramente ódio quando sentes esse tipo de sentimento, e por aí diante.

*O leitor* – Gosto dessa expressão: sou, em cada momento, inteiramente o que sinto.

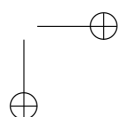
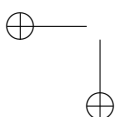
*Fichte* – Bom, essa é a primeira etapa da nossa reflexão, porque, se quisermos pensar com rigor, as coisas são mais complicadas.

*O leitor* – Porquê?

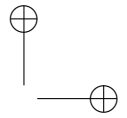
*Fichte* – Que significa, na verdade, afirmar que cada um de nós é inteiramente o que sente? Temos de acrescentar à nossa reflexão outra dimensão, tão fundamental como a que acabámos de referir: a de que pensamos o que sentimos.

*O leitor* – Isso é evidente.

*Fichte* – Não sei se compreendeste. Começámos a nossa conversa dizendo que éramos livres se entendêssemos por isso algo







que nasce com o próprio eu. Depois, falámos no sentir e na passividade inerente a esses estados. Ora, onde se encontra então a liberdade?

*O leitor* – É a ti que compete explicá-lo. A liberdade parece que não se adequa a essa forma de sentir que referiste, a não ser, presumo, na forma como pensamos o sentir.

*Fichte* – É exato. Não debes pensar no sentir como qualquer coisa inteiramente cega, mas sim como uma forma de nos limitarmos a nós próprios. Seja como for, o que interessa de momento é considerar que há a realidade do sentir e a possibilidade de pensar o que se sente.

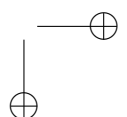
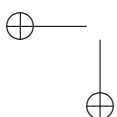
*O leitor* – E depois?

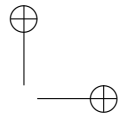
*Fichte* – Bem, tornamo-nos livres quando somos capazes de pensar o que sentimos. Repara: há, na minha reflexão, dois sentidos de liberdade. O primeiro é indissociável do nascimento do eu. Dizer eu é o sinal da vertigem da liberdade, como dissemos. Depois, há a possibilidade de nos apropriarmos de nós próprios através da liberdade de pensar o que se sente, como se disséssemos que o sentir nos limita enquanto o pensar nos permite aceder a outras formas de sentir ou interpretar o que se sente de várias formas.

*O leitor* – Continua.

*Fichte* – Devemos então entender que todo o pensar é um ideal, quer dizer, eu mesmo sou capaz de me arrancar à determinação do sentimento na medida em que sou capaz de pensá-lo. Podemos dizer isso de uma maneira mais simples: todo o pensar é ativo ao mostrar a vitalidade do eu.

*O leitor* – Mas não podemos ir mais longe? Não poderemos dizer que até o próprio sentimento surge da minha liberdade? Afinal, sou eu que sinto!





*Fichte* – Boa observação. Penso que aquilo que queres dizer é que não há sentimento se não conseguirmos pensar nele. É isso?

*O leitor* – Não podemos sentir se não pensarmos sobre o que sentimos, nem pensar se nada existir de realmente sentido.

*Fichte* – Mas há uma diferença crucial. De facto, ao pensares o que sentes há uma margem de liberdade que deve ser referida.

*O leitor* – Como?

*Fichte* – Vê as coisas assim: enquanto vives vais sentindo uma série de alterações. Se tens a sensação de experiência, de vida, é porque há um eu que aglomera todas essas modificações.

*O leitor* – Como?

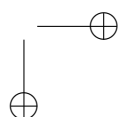
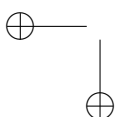
*Fichte* – Sintetiza e está presente nelas, como dissemos. Ora, ao perdurar em todas essas modificações, o eu terá a sensação que é *duração* e é assim que descobre o tempo íntimo nessa sucessão. Por conseguinte, o que perdura é o eu através da forma como se apresenta e representa em todas as alterações que vai sofrendo.

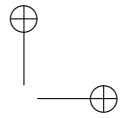
*O leitor* – Então a noção de duração, tão importante para compreendermos o tempo, tem aí a sua origem?

*Fichte* – É uma explicação plausível, não te parece? Mas não nos devemos esquecer onde íamos. Procurávamos saber aquilo que relaciona o pensar ao sentir, não é verdade?

*O leitor* – Exatamente.

*Fichte* – Relembro o que afirmei. Se o sentimento te limita, pelas razões que apontei, o pensamento refere-se a ele de uma forma dupla: por um lado pensa a realidade desse sentir (e não vejo como poderia ser de outro modo), mas, ao fazê-lo, *abre* o sentir, quer dizer, desprende-se dessa limitação pensando mais do que aquilo a que parecia estar condenado.





*O leitor* – Queres dizer que podemos pensar mais do que aquilo que sentimos?

*Fichte* – Seguramente, e é essa uma das razões da nossa liberdade. A essa capacidade de pensar mais deve entender-se que se nos limitamos parcialmente ao que sentimos, a verdade é que também podemos ir mais além.

*O leitor* – E não poderemos sentir mais do que pensamos?

*Fichte* – É preciso que entendas de que lado está a liberdade? Do lado do sentir ou do pensar?

*O leitor* – A liberdade está então nesse ir mais além, mas trata-se, segundo compreendi, de uma liberdade regulada, ou seja, só partindo da realidade do sentir pode ir mais além. É isso?

*Fichte* – Sem dúvida.

*O leitor* – Mas não indicará isso que a tua filosofia não toma verdadeiramente em consideração a vida, ou melhor, o sistema de afetos e de desejos, numa palavra, o sentir?

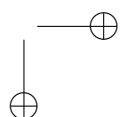
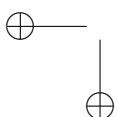
*Fichte* – Pelo contrário: a minha filosofia parte invariavelmente do que referiste. Entendo o conhecimento como uma forma de olhar o que se vai sentindo – mas precisamente por ser uma forma de olhar vê-se bem como está dependente dessa atividade real do sentir.

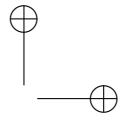
*O leitor* – Mas não estará esta filosofia demasiado ensimesmada, ou seja, não haverá uma preocupação excessiva com o próprio indivíduo? Que tens a dizer sobre isso?

*Fichte* – Quanto a mim, o interesse supremo e o fundamento de todos os outros é o interesse por si próprio.

*O leitor* – Não te parece que esta afirmação enaltece o egoísmo ou, pelo menos, o egocentrismo.

*Fichte* – Acho que não. Como poderias compreender o mundo





se não começasses por ti próprio? A minha afirmação está longe de não tomar os outros em consideração, defende apenas que é de ti, da tua consciência, que tem de partir a compreensão de tudo o que pode ser compreendido.

*O leitor* – Não estou completamente convencido.

*Fichte* – Toda a tua vida assenta nesse eu que vai sendo à medida que age. Tudo se passa como se o eu se constituísse a si mesmo através desse ir sendo que é, de facto, um agir. Mas já falámos nisso, não foi? Um ser só é capaz de pensar quando se põe a si mesmo como um ente, ou seja, quando é ele mesmo. Valerá a pena repetir o que já conversámos?

*O leitor* – De facto, estes temas já foram discutidos.

*Fichte* – O mais importante é refletir sobre o jogo entre o sentimento de necessidade e a noção de liberdade que acompanha todas as nossas representações.

*O leitor* – Isso já entendi.

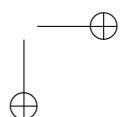
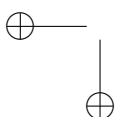
*Fichte* – É preciso que compreendas a importância destes conceitos. Por um lado, a ideia de sentimento e de necessidade, por outro a espantosa liberdade que acompanha as nossas representações, quer dizer, a forma como nos servimos da imaginação para ligar conceitos e compreender não só o que nos rodeia como a nós mesmos.

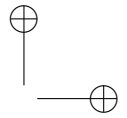
*O leitor* – Continuo a pensar que te preocupas excessivamente com o indivíduo e não dás à sociedade o valor que merece.

*Fichte* – Estás a esquecer-te que toda a minha vida lutei pela reivindicação da liberdade de pensar e que cheguei até a escrever um panfleto com esse título dirigido aos governantes europeus?

*O leitor* – Lembro-me vagamente.

*Fichte* – Nesse escrito aconselhava os príncipes europeus a res-





peitarem aquilo que existe de mais sagrado em cada indivíduo: a sua liberdade, justamente.

*O leitor* – Queres dizer que tudo o que há de miserável, de ignominioso, se resume ao facto de não se respeitar o direito inalienável a ser livre.

*Fichte* – Disseste-lo de forma excelente.

*O leitor* – Significa isso que todos os governantes, ao assumirem o poder, não devem apenas favorecer a capacidade de cada um se exprimir livremente como devem também criar condições para que cada um saiba ser livre?

*Fichte* – Estou, uma vez mais, de acordo. E isso mostra que a minha ideia de liberdade, tão importante no meu sistema filosófico, é também um direito inalienável em qualquer sistema político e, conseqüentemente, em qualquer atitude ética.

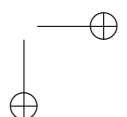
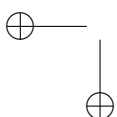
*O leitor* – Presumo que essa liberdade é então, também ela, o fundamento das tuas concepções políticas.

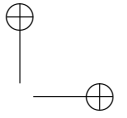
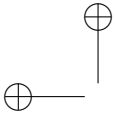
*Fichte* – Defendo que o destino da Europa, a sua capacidade de crescimento como projeto político, não é possível se não se tomar em consideração a possibilidade de cada um exercitar a sua liberdade. E acredito que os problemas que nos afligem, desde as questões económicas às religiosas, só podem ter uma solução plausível se existir uma política que proporcione aprender e exercitar efetivamente a liberdade de pensar e agir.

*O leitor* – Mas isso é muito difícil.

*Fichte* – Sem dúvida. É por isso que aqueles que nos governam deveriam estar conscientes das suas responsabilidades.

*O leitor* – Concordo. Mas há qualquer coisa de retórico nas tuas palavras. Essa apologia da liberdade, dos direitos alienáveis, essa convicção nos poderes da razão e na capacidade de cada um fazer uso do seu próprio entendimento, não esconderá aquilo que





continua por esclarecer: o que se entende efetivamente por liberdade?

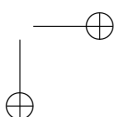
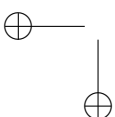
*Fichte* – Com certeza que não queres que repita tudo o que já referi nas nossas conversas.

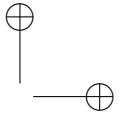
*O leitor* – Na primeira parte do teu sistema filosófico, chamemos-lhe assim, resumes a filosofia a uma teoria da consciência. Se bem entendi, é isso que fazes. Ora, esqueces-te então que se é verdade que o mundo existe para uma consciência, já não creio que seja essencial que a consciência tenha de existir para o mundo. Melhor: mesmo sem consciência, a existência do mundo continuaria a ser um mistério. Depois, esforças-te por mostrares que viveremos no reino das trevas se não acreditarmos no poder da liberdade. Acreditas, por isso, que deveremos “reivindicar a liberdade de pensar”. Mas o que fica por esclarecer, parece-me, é o sentido e a possibilidade da liberdade nas sociedades humanas. Compreendes? O que pretendo é saber o que se esconde por detrás dessa retórica da liberdade. Aquilo que há nela de inconfessado.

*Fichte* – Colocaste demasiadas dúvidas. Mas reafirmo que não vou repetir tudo o que disse a esse propósito. Como poderemos demover um cético? Essa ideia do que seria um mundo sem consciência que o pensasse não tem, para mim, resposta. Depois, se não reivindicares a liberdade, que te resta? O que é viver sem acreditar que liberdade é o valor fundamental?

*O leitor* – Temos sempre a liberdade de pensar ou não o que nos vai acontecendo. É isso?

*Fichte* – Justamente. Já escrevi que temos a liberdade de pensar ou não o objeto. Temos, portanto, uma liberdade que se consubstancia na escolha. Entendes? A liberdade está também na forma como concebemos o que sentimos. De facto, até nas coisas mais simples, como situar um objeto no espaço, é visível a ideia de liberdade que defendo. Sabemos que não podemos pensar o espaço





sem objetos, nem estes sem aquele. Mas ao situar um objeto num lugar determinado e poder imaginá-lo noutro, que indica isso se não a minha liberdade? Além do mais, não deves esquecer-te que posso deslocar certos objetos, quer dizer, ao agir sobre as coisas, tal indica o esforço, a ação, a forma como encontro as coisas num espaço e as posso alterar. Complicado?

*O leitor* – Bastante.

*Fichte* – Espero que concordes ao menos no seguinte: só indo à raiz da liberdade, aí onde ela se caracteriza como ação, esforço, e está indissociavelmente ligada à consciência, é que podemos encontrar um terreno fértil para pensar a liberdade. Se não o fizermos de pouco vale tudo o que poderemos dizer sobre liberdade ética e política. É óbvio que isso não significa que estas noções não têm importância. Ao invés: são de tal modo essenciais que é necessário começar por esclarecer a raiz da liberdade, a sua base filosófica, por assim dizer, para solidificar as outras noções.

*O leitor* – Parece convincente o que afirmas.

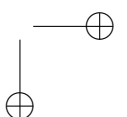
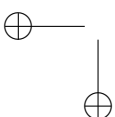
*Fichte* – Acima de tudo essa noção de espaço e da possibilidade de conceber os objetos, de imaginá-los, deslocando-os para outros espaços, tal como a ideia de esforço, parecem-me verdadeiramente cruciais.

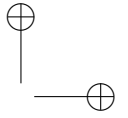
*O leitor* – De acordo.

*Fichte* – É preciso então compreender o poder da ação. Repito: mais do que dizer que um ser racional toma consciência do seu agir ele é, de facto, o *seu agir*. Compreendes? E ao ser agir compreende de imediato o que é a consciência e aquilo que não é consciência, quer dizer, o objeto.

*O leitor* – Basta.

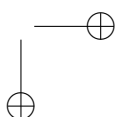
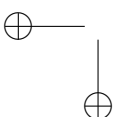
*Fichte* – O quê?





*O leitor* – Basta por agora. Disseste tanta coisa que preciso de tempo para refletir.

*Fichte* – Concordo.





## DIÁLOGO SOBRE A LIBERDADE E O DETERMINISMO

“Acredito no livre-arbítrio.  
Não tenho escolha”  
Isaac Singer

*Está um dia de sol. António e Joana estão sentados numa esplanada. O António tem o telemóvel numa das mãos e brinca com ele, quer dizer, roda-o, pouso-o no tampo da mesa, lê, envia mensagens e faz pesquisas. A Joana só se serve do telemóvel para ouvir música, colocando e retirando de forma irregular e nervosa os headphones. Há bebidas em cima da mesa, tal como há tostas (uma para cada um). Eles falam enquanto bebem e comem.*

*António – Não gostei nada do que li!*

*Joana – Do quê?*

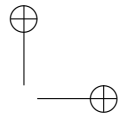
*António – Daquilo que a prof. mandou ler. Tu sabes?! Aquela coisa sobre a liberdade e o determinismo.*

*Joana – Ah! (pensativa). É a matéria que vem para o teste, não é?*

*António – (Irónico) “É a matéria que vem para o teste, não é?” (...). Sabes muito?! É claro que sim!*

*Joana – Gozas! A verdade é que não tinha a certeza se saíam outros temas. (Pausa). A liberdade e a necessidade?*

*António – A liberdade e o determinismo: é esse o título que está no manual.*



*Joana* – Não é a mesma coisa?

*António* – Provavelmente. (*Pausa*). E se trocássemos umas ideias sobre o assunto? Que achas?

*Joana* – Como queiras.

*António* – (*Num tom provocatório*). Só o farei se discutires livremente ...

*Joana* – Ora, aí está! ... O sabichão... a ironizar, como sempre!

*António* – Olha que não! Não é verdade que podemos e devemos discutir livremente?

*Joana* – Assim parece.

*António* – Assim parece?

*Joana* – Que queres que te diga? Direi, como tu, que podemos discutir problemas filosóficos com toda a liberdade.

*António* – Bem, se calhar não tão livremente como se pensa. O certo é que tenho de aproveitar: toda a gente sabe que és uma barra a filosofia! E como sou sincero não me custa admitir que decido em função dos meus interesses...

*Joana* – (...) Não há decisão que não tenha a ver com alguma coisa. Os atos só são livres porque dizem respeito a algo.

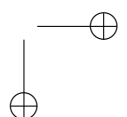
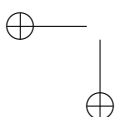
*António* – Achas? Isso é demasiado fácil.

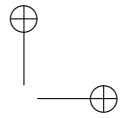
*Joana* – Demasiado fácil?!

*António* – É evidente! Tu sabes muito bem que nesta situação, por exemplo, não decidi livremente.

*Joana* – Porquê?

*António* – Repara: pensei, inicialmente, que decidia livremente ao desejar conversar contigo sobre a matéria que vai sair no teste. Mas a verdade é que tenho de reconhecer que estava a ser inte-





resseiro: tu sabes muito sobre o assunto e eu não queria perder a oportunidade ...

*Joana* – Mas isso quer dizer que não decidiste livremente?

*António* – É mais grave: eu pensei que decidia dessa forma, mas depois percebi que não o tinha feito.

*Joana* – E queres então dizer que é provável que muitas decisões sejam deste género?

*António* – Precisamente! Aquilo que parece resultar de uma decisão livre corresponde a outra coisa: Ora, tu podes ou não conhecer essa outra coisa ...

*Joana* – (*Pausa*). Ainda ontem li numa revista de psicologia que o nosso cérebro decide milionésimos de segundo antes de ter consciência da decisão. É extraordinário: estamos condenados a tomar consciência daquilo que o cérebro já decidiu! Isto assenta-te que nem uma luva: era o que pretendias dizer, não é verdade?

*António* – (*Pausa*). Já nem sei o que queria dizer! Estas discussões deixam-me sempre confuso. Tanto reconheço que são importantes como admito que não chegam a lado nenhum. Sinto-me angustiado porque me sinto encurralado.

*Joana* – Compreendo. Mas é provável que te angustiaasses menos se tivesses a felicidade de concluir.

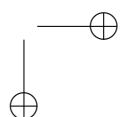
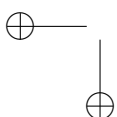
*António* – Que queres dizer?

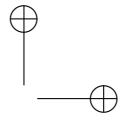
*Joana* – Que não podes deixar de ficar satisfeito se houver boas ideias, coisas que nos façam pensar e que podem até alterar a nossa vida.

*António* – Achas?

*Joana* – Eu acredito no poder das ideias.

*António* – Eu não sou tão otimista. Duvido que uma discussão filosófica sobre a liberdade ou o determinismo nos torne mais ou





menos livres. Há coisas mais importantes que originam efetivamente a nossa liberdade ....

*Joana* – ... Mas se há coisas mais importantes, então interessa conhecê-las. Tanto falas como se quisesses realmente refletir sobre estas questões, como afirmas que não te afetam.

*António* – O importante, para mim, é sentir-me livre: ouvir música, praticar desporto, estudar quando me apetece... (*pausa*). Essa obsessão em saber o que é que as coisas *são* é tão absurda e ridícula como *saber* o que é uma bebida sem experimentar se é ou não saborosa ...

*Joana* – Mas não podes associar as duas coisas? Não percebo como o prazer de saborear não se há de conciliar com o prazer de conhecer o que se saboreia....

*António* – Certo! (*Pausa*). Mas diz-me lá?! O que achas que devemos começar por estudar?

*Joana* – Penso que a professora deve perguntar qualquer coisa sobre o livre-arbítrio: se somos absolutamente livres, se estamos ou não determinados ...

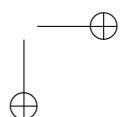
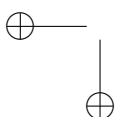
*António* – Quanto a mim o manual é bastante confuso.

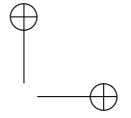
*Joana* – Como?

*António* – Diz o que toda a gente pensa. Considera que a liberdade não é absoluta; que há o homem e as suas circunstâncias; que há condicionantes biológicas, sociais e culturais ... enfim, uma conversa que não chega a lado nenhum.

*Joana* – Concordo. (*Irónica*). Vejo que, afinal, estás mais preocupado com estes temas do que parecias ...

*António* – ... E o determinismo é olhado da mesma forma, com a pobreza do costume. Vê-se o determinismo na natureza, quer dizer, que há leis que a descrevem; que o futuro deve ser igual





ao passado e que, se assim não fosse, nada se poderia explicar. O homem, ser livre, distingue-se dos animais porque não tem a obrigatoriedade de reagir como mandam os seus instintos. Além disso, não somos determinados, podemos ser a causa das nossas ações; temos intenções, motivos, blá-blá-blá...

*Joana* – Conversa fiada.

*António* – É isso!

*Joana* – (*Pausa*). Mas não percebo: como podemos então compreender a liberdade?

*António* – Mas não és tu que és a especialista?

*Joana* – A única coisa de que estou certa é que na eventualidade de existir um demónio de Laplace que, por hipótese, conhecesse absolutamente tudo o que se passa agora no universo inteiro, saberia então o que iria suceder nos minutos seguintes...

*António* – ... Minutos...

*Joana* – ... Quer dizer, se se conhecesse o presente absolutamente então o futuro imediato também seria conhecido.

*António* – (*Pausa*). Tens a certeza do que estás a dizer?

*Joana* – Talvez essa seja a única certeza; qualquer coisa que me parece imbatível em termos lógicos.

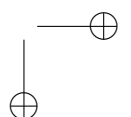
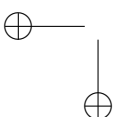
*António* – (*Pausa*) Então a liberdade só existe porque somos ignorantes, é isso?

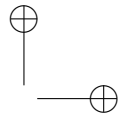
*Joana* – (*Longa pausa*). Queres falar a sério?

*António* – Achas que estive a brincar?

*Joana* – Pois bem: tanto a questão da liberdade como a do determinismo são fundamentais para compreender quem somos, o que entendemos por mundo, vida, tempo, morte ...

*António* – Não estarás a exagerar?





*Joana* – Acho que não. Repara: se te sentires livre, se souberes o que é ser livre, és o mais feliz dos humanos. A liberdade é uma garantia de felicidade...

*António* – Tens de falar nisso ao meu pai. Está desempregado, anda cabisbaixo ... achas que ele tem paciência para essa balelas filosóficas de que (*irónico*) “se souberes seres livre és o mais feliz dos humanos...”.

*Joana* – Não confundas. É claro que são momentos muito difíceis. Mas acredita que aquele que *sente* e *sabe* ser livre pode vencer muitos problemas.

*António* – Explica-te.

*Joana* – Pois bem: a primeira condição é a de que só tu o poderás descobrir. Se me manifestasse sobre o assunto seria eu a falar-te da minha noção de liberdade. Ora, a primeira e a mais importante das condições só tu a poderás encontrar. A liberdade, a sua descoberta, começa e acaba em ti. (*Longa pausa*).

*António* – E os outros.

*Joana* – Não percebeste! Tu descobres por ti próprio, mas é óbvio que não poderás fazê-lo sem os outros.

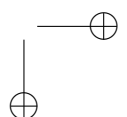
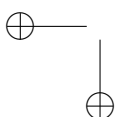
*António* – Isso significa que não há determinismo.

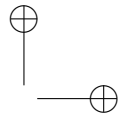
*Joana* – Mas o que entendes por determinismo?

*António* – Houve um filósofo que defendia que tínhamos o hábito de estabelecer uma conexão entre necessidade, causalidade e uniformidade. De acordo com o seu pensamento, só temos uma ideia de necessidade porque acreditamos que o mundo não está sempre a mudar, ou seja, que há uma uniformidade na ocorrência dos fenómenos ...

*Joana* – Estou espantada!

*António* – Porquê?





*Joana* – Como é possível?! Tu?! A citares um filósofo? ....

*António* – Não brinques. (*Pausa*). Quanto mim tem que se entender como nos aparece a ideia de conexão entre necessidade, causalidade e uniformidade ...

*Joana* – Queres dizer que pensamos a necessidade a partir da causalidade?

*António* – Exatamente. Para David Hume, como se chama esse filósofo, temos tendência para explicar o mundo evidenciando a sua uniformidade. Assim, a explicação pressupõe uma relação entre causa e efeito – e essa explicação satisfaz-nos quando estabelecemos a conexão entre uma coisa e outra. Entendes?

*Joana* – Até agora. Mas não percebo onde queres chegar.

*António* – Pois bem: não conseguiríamos explicar nada se não acreditássemos numa uniformidade na natureza, ou seja, numa causalidade e, por conseguinte, num determinismo. Sem esta uniformidade, repito, não haveria a possibilidade de explicar o que acontece. E não só: também não se compreenderia a liberdade....

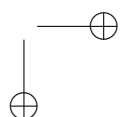
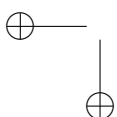
*Joana* – A liberdade? Como?

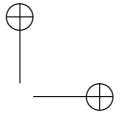
*António* – Já lá vamos ...Mas percebeste o que se entende por determinismo? Os fenómenos não podem deixar de ser como são, há uma cadeia que os une invariavelmente. É certo que a liberdade pode ser autodeterminação, mas o facto de poder haver várias hipóteses e de se poder escolher é um sinal e uma garantia da sua existência. (*Longa pausa*)

*Joana* – Uma pedra é livre?

*António* – Estás a brincar?

*Joana* – Não: estou a lembrar-me de outro filósofo que dizia que não há liberdade e que se uma pedra pensasse pensaria que era





livre ao cair como cai. Como um bêbado: ele pensa que é livre, mas não o é.

*António* – Se não existissem coisas que se comportam de uma forma determinada, nada se poderia dizer acerca do mundo. Ele seria absolutamente imprevisível. Ora, temos de conciliar o determinismo com a liberdade.

*Joana* – Essa é a lengalenga do manual, aquela que tanto censuraste e acusaste de ser superficial. Lembras-te?

*António* – É verdade. Mas como podemos sair desta trapaalhada? Não encontro outras respostas. Ou consideramos que há fenómenos que se repetem de uma forma determinada e podem ser conhecidos enquanto tal, ou defendemos que o homem pode iniciar e interromper ações, pode autodeterminar-se e até lutar contra os seus instintos. Numa palavra, pode ser livre e tornar-se imprevisível. Que mais poderemos dizer?

*Joana* – Muita coisa: se calhar o mundo não é tão determinado como aparenta. Ao nível microscópico o mundo mexe-se por todo o lado, mesmo que pareça calmo à superfície. Há um rodopio de átomos e moléculas por tudo quanto é sítio.

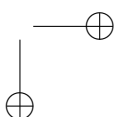
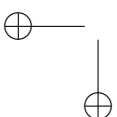
*António* – Tudo indeterminado?

*Joana* – Tudo indeterminado! Embora também se possa dizer que se tudo o que há é puro acaso, então também não há liberdade. A dificuldade adensa-se. Ou porque não temos consciência que tudo está determinado ou, ao invés, de que isso não passa de uma ilusão ...

*António* – Como?

*Joana* – Voltamos ao início da nossa conversa: as tuas decisões, supostamente livres, só têm sentido porque as coisas acontecem de uma determinada maneira ...

*António* – Não percebo.





*Joana* – Não percebes? Estou a espicaçar-te! Defendo, provocatoriamente, que o livre-arbítrio não tem sentido se não subentendemos o determinismo. Confuso? Pensa no seguinte: decides ir ao cinema em vez de estudares para o teste de filosofia. Ora, a tua decisão só tem sentido num mundo determinístico: tu sabes que o cinema existe, que a programação não se alterará, que vais comer pipocas, etc. Tem que ser tudo muito certinho para que a tua liberdade faça sentido. Além disso, só podes comer o ovo se o partires primeiro.

*António* – (*Pausa*). Baralhas tudo.

*Joana* – Achas?

*António* – Acrescentas sempre qualquer coisa; parece que nunca estás satisfeita.

*Joana* – Talvez. (*Pausa*). Sabes, na minha opinião é preciso pormos o mundo de pernas para o ar se o quisermos compreender. Às vezes ponho-me a pensar o contrário do que é habitual. É uma espécie de *yoga* mental — obriga-me a matutar.

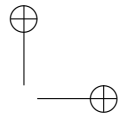
*António* – Já percebi. Eu não morro de amores por essas brincadeiras.

*Joana* – Mas surpreendo-me como estás tão atento, tão bonzinho. Até a maneira como aceitas o que vou dizendo, as minhas provocações ...

*António* – Provoações?

*Joana* – Quer dizer: eu própria estou à procura da resposta ou respostas corretas. Não estou, portanto, a defender esta ou aquela posição. (*Pausa*). O importante é saber se a liberdade é ou não uma ilusão?

*António* – Quanto a mim o essencial não é tanto saber o que é a liberdade mas a forma como *sou* livre, como vivo a *minha* vida.



Eu dou o nome de liberdade a uma forma de vida que me permite decidir.

*Joana* – Estamos a falar da mesma coisa por diferentes palavras.

*António* – Repara: eu não preciso de ter nenhuma discussão filosófica sobre se a liberdade é ou não uma ilusão, pois isso não conduz a lado nenhum.

*Joana* – Então não percebo porque estamos a conversar. Se queres apenas sentir o que é a liberdade, para que serve então esta conversa?

*António* – Não é isso: Há outras formas de discutir, menos abstratas, se assim me posso exprimir.

*Joana* – Por exemplo?

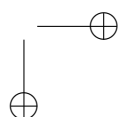
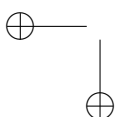
*António* – (*Pausa*). Ao que parece, tudo indica que temos de chegar a um acordo sobre a noção de determinismo, quer dizer, se todos os acontecimentos estão ou não causalmente determinados e se tudo o que existe depende causalmente do que existiu e pode condicionar o que existirá. Se assim for, há então uma cadeia que liga todos os acontecimentos.

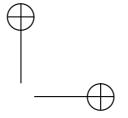
*Joana* – Bem, então onde anda a liberdade no meio de tudo isso?

*António* – Posso dizê-lo? (*Pausa*). Quando o determinismo dorme, a liberdade desperta...

*Joana* – Estou a ver: quando te faltam os argumentos usas as metáforas ...

*António* – O determinismo que eu defendo é frouxo: não o podemos levar demasiado a sério. E é aqui que entra a liberdade. (*Pausa*). Deixa-me mencionar outra vez David Hume: Direi que sou livre quando sigo uma determinação da minha vontade.





*Joana* – Como?

*António* – Repito: não sou livre porque posso tão-só escolher entre A ou B mas sim porque posso escolher A, por exemplo, mas acabar por *querer* B – e é o querer que motiva a liberdade. Posso, por exemplo, estar indeciso entre ir ao cinema ou estudar filosofia: opto por ir ao cinema mas a minha vontade acaba por corrigir a minha escolha inicial e mandar-me estudar filosofia. É a isto que eu chamo liberdade. A liberdade está em querer-se ou não.

*Joana* – Mas tu escolhes o teu querer ou não?

*António* – Isso é uma observação disparatada! Não tenho que escolher o querer: na minha mente aparecem várias ideias e sou livre porque aceito umas e não outras! É tudo!

*Joana* – O problema é que essa é uma forma de disfarçares a tua ignorância. Dizes que é impossível não haver cadeia causal e, portanto, determinismo, depois afrouxas a cadeia para deixares um espaço para a liberdade. É uma filosofia hipócrita.

*António* – Se eu largar o meu telemóvel ele cai. Mas ele cai porque eu *quero*, ou seja, fui eu que o larguei. Qual é o problema?

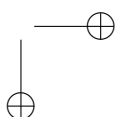
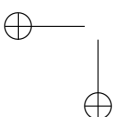
*Joana* – O problema é que quando afirmas que o telemóvel cai porque tu queres não percebes que o teu querer é determinado por crenças e desejos. Se tu decides livremente nesta ou naquela situação – porque a tua liberdade só tem sentido em contextos particulares – então decides em função do que crês ou desejas – e isso tu não dominas!

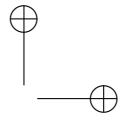
*António* – Não domino?

*Joana* – Tu escolhes as tuas crenças e desejos ou é qualquer coisa que só podes ter conhecimento *a posteriori*?

*António* – *A posteriori*? Como?

*Joana* – Sim, depois de terem acontecido. É preciso sentir isto





ou aquilo e, ao senti-lo, decides então “livremente”. (*Sarcástica*).  
Percebes? A tua liberdade esvai-se. Parece uma bola de sabão.  
Basta um sopro!

*António* – (*Pausa*). Estás a imitar-me?

*Joana* – O quê?

*António* – Eu já tinha dito isso!

*Joana* – Sabes?! Lembro-te de gosto de pôr as ideias de pernas para o ar! (*irónica*).

*António* – A verdade é que estás a fazer batota. Repara: nada disso anula a minha liberdade. Sabes porquê? Sou livre precisamente por ter crenças e desejos. A minha liberdade não é anulada pelo facto de pressupor crenças e desejos que eu não domino. Ao invés: é por ter várias crenças e desejos que faço as minhas opções ... Eu *posso*, assim, fazer isto ou aquilo. Repito o que já disse: sou livre precisamente por querer ....

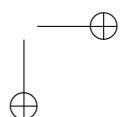
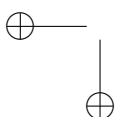
*Joana* – Queres mesmo? O que tu pretendes dizer é que ao poderes agir de outro modo mostras a tua liberdade. Fazes isto mas poderias fazer aquilo. Eis porque és livre. Vais estudar filosofia mas *poderias* ir ao cinema, por exemplo. É isso?

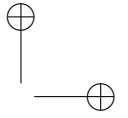
*António* – Exatamente.

*Joana* – E se eu te responder que é precisamente por teres optado por esta decisão que mostras o teu determinismo interior (e é apenas desse que falo)? Entendes? Não interessa o que poderias ter feito mas o que fizeste realmente.

*António* – Bem, nesse caso não há liberdade, pois podes sempre empurrar os argumentos para o lado do determinismo. Melhor: tens sempre argumentos para fazê-lo, o que mostra como é complexa a questão. De acordo?

*Joana* – Apenas quis chamar a atenção para o facto de ao enten-





der-se por liberdade o “fazer o que se quer” – pois é essa a forma como é habitualmente definida –, não esclarecemos suficientemente esse querer. Por exemplo: eu digo que quero executar este ou aquele ato; que ele depende da minha escolha e, portanto, da minha responsabilidade. Mas de onde surge este querer?

*António* – É óbvio: de mim! Mesmo que haja condicionantes, sou sempre eu a ter a última palavra. (*Pausa*). O que é irritante é termos tendência para confundirmos duas coisas bastante diferentes: as decisões humanas com aquilo que a natureza decide, se assim me posso exprimir ...

*Joana* – Não percebes! Ao saberes que tens este querer e não outro isso mostra que ele se impõe e te ordena. Tu não escolhes o teu querer, és escolhido por ele! Tu só sabes que queres isto ou aquilo depois de o querer aparecer na tua consciência ...

*António* – Estás a complicar. É que assim não há de todo liberdade! Ela é uma mera ilusão e somos determinados, pelo mundo ou por nós próprios. Apenas temos a ilusão de sermos livres. É o que pensas?

*Joana* – (*Longa pausa*). Tu escolheste a tua namorada?

*António* – O quê?

*Joana* – Ouviste bem: escolheste a pessoa de que gostas?

*António* – Tu és mesmo complicada. Claro que escolhi; esse é, aliás, o gesto mais livre que temos ...

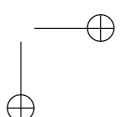
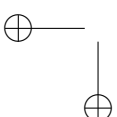
*Joana* – Tens a certeza?

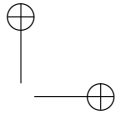
*António* – (*Pausa*) Não percebo. O que queres que te diga?

*Joana* – E se te disser que aquilo que parece mais livre, os nossos sentimentos, é na verdade o que não depende de nós?

*António* – Então depende de quem?

*Joana* – Não ponhas o problema nesses termos: Tu não esco-





lhes de quem gostas; os sentimentos aparecem dentro de ti. A única coisa que te é concedida é a ilusão de que escolheste.

*António* – (*Longa pausa*). É óbvio que toda estas ideias não têm apenas um sentido psicológico, metafísico, têm também importância no plano social e cultural.

*Joana* – Claro!

*António* – Então, e no seguimento do teu raciocínio também os povos não fazem a sua história, mesmo que estejam iludidos do contrário. É isso não é?

*Joana* – Arriscamo-nos, na verdade, a falar de coisas complicadíssimas. Por exemplo: é o homem que faz a história ou é a história que faz o homem?

*António* – Digo que esta discussão sobre a liberdade é de facto complicada...

*Joana* – ... é que nem sequer sabemos se a história é determinada (pelo destino, por deus, sei lá) ou se é apenas um produto da liberdade humana, da forma como o homem age e vai agindo no tempo ...

*António* – (*Longa pausa*). És engraçada!

*Joana* – O quê?

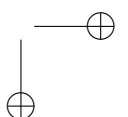
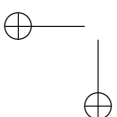
*António* – Ouviste muito bem. (*Pausa*). É que tudo aquilo que tudo disseste já alguém o disse.

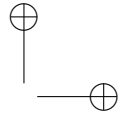
*Joana* – Mas quem te disse que eu procurava ser original?

*António* – A questão não é a originalidade: é o facto de falares de coisas que já foram ditas há mais de cento e cinquenta anos, pelo menos!

*Joana* – Não estou a perceber nada!

*António* – Não estás? De certeza? (*trocista*). Não me parece





que desconheças Schopenhauer.... Sim, esse mesmo, o filósofo alemão. Tu sabes muito bem que as tuas teorias são schopenhaurianas ...

*Joana* – Sinceramente: não tinha pensado nisso! O que conheço da sua filosofia leva-me a reconhecer que há coisas que ele disse com as quais simpatizo (*pausa*). Mas o que é extraordinário é que não imaginava que tu conhecesses as suas ideias. Explica-te.

*António* – Sabes, tenho um familiar que tem um livro dele. Li-o estas férias: estava no meio do nada, numa aldeia lá para cima para o norte, e deu-me para ler!

*Joana* – Ok. Mas explica lá porque é que eu sou schopenhauriana.

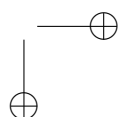
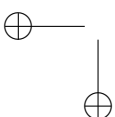
*António* – Bem, é uma longa conversa, mas basicamente dir-te-ei o seguinte: Para o filósofo alemão a potência de agir depende da potência da vontade, ou seja, somos livres porque temos vontade. Certo?!

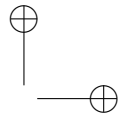
*Joana* – Continua.

*António* – Mas a questão fundamental é esta: pode cada um de nós querer aquilo que quer? Esta observação pode parecer absurda mas o que é difícil compreender é, precisamente, o que se entende por vontade e a sua presumível liberdade. Se sou livre é porque sei o que quero. Mas este querer é querer alguma coisa por um motivo determinado – e é isso que é difícil de compreender, ou seja, a liberdade da vontade.

*Joana* – É mesmo difícil de compreender ...

*António* – ... Deixa-me terminar lembrando que para Schopenhauer pode desejar-se duas coisas opostas mas apenas se pode querer uma. Ora, o motivo pelo qual a vontade quer isto e não aquilo, ou seja, o que ela decidiu, só à *posteriori* é possível conhecer, depois da consumação do ato.





*Joana – (Pausa).* Estou pasmada!

*António –* Porquê?

*Joana –* Para quem precisava de explicações para estudar para o teste e pouco percebia do tema, vejo, afinal, que és um fingidor ...

*António –* Não te convenças disso: Sei alguma coisa de Schopenhauer mas não muito.

*Joana – (Irónica).* Estou a ver?! És um rapaz muito humilde, não é?

*António –* Não, nada disso ....

*Joana – (Pausa).* Tenho de reconhecer que estou de acordo com muitas coisas que dizes – tu ou ele, o tal Schopenhauer, pouco importa ...

*António –* E depois?

*Joana –* Depois o quê?

*António –* Em que ficamos? Poderemos concluir alguma coisa?

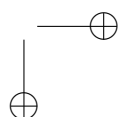
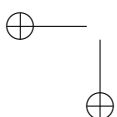
*Joana –* De Schopenhauer?

*António –* Qual quê?! Da nossa conversa! Em que ficamos, afinal?

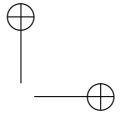
*Joana – (Num tom irónico)* Pela minha parte, eu, uma schopenhauriana, penso o seguinte ... digo que o problema da liberdade e do determinismo não tem nem pode ter uma solução...

*António –* Como?! ....

*Joana –* ...Espera. Eu explico e calo-me de vez. Julgo que Schopenhauer teve o mérito de mostrar que se continuarmos a interrogar o que significa ser livre teremos de pensar o que é a vontade, a consciência, a vontade da vontade e por aí adiante. Podemos, assim, concluir que é uma ilusão, como ele defende. Eu







não direi tanto: considero que só conseguimos pensar a liberdade servindo-nos de ideias como as de causa e de motivo, de necessidade e possibilidade, enfim, formas de pensar que acabam por determinar a liberdade, o que não quer dizer que digam aquilo que ela é efetivamente, ou seja, o facto de nos sentirmos livres. Porque, a esse respeito, as filosofias apressam-se a concluir quando o sentir-se livre é de difícil concetualização... Percebes?

*António* – Estou a esforçar-me. Continua.

*Joana* – Já acabei. (*Longa pausa*). Acho que a filosofia mostra os seus limites quando quer pensar a liberdade.

*António* – Como?

*Joana* – Mostra os seus limites porque não pode pensá-la, o que não significa nenhuma reprovação da filosofia mas antes o assinalar dos seus limites... afinal, a filosofia deve ser humilde: não querer pensar tudo mas consentir que há coisas que não podem ser pensadas ou, se o forem, pode desfazer-se aquilo em que se pensa ....

*António* – Provavelmente (*pausa*).

*Joana* – Não dizes nada?

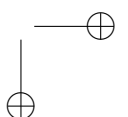
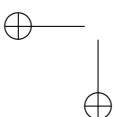
*António* – Só se repetir a expressão de um tal Isaac Singer: “Acredito no livre-arbítrio. Não tenho escolha”.

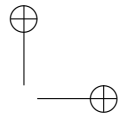
*Joana* – Boa! Parece que temos de acreditar que somos livres para que a ética tenha algum sentido...

*António* – Exatamente. (*Longa pausa*). Temos que pensar que uma ação tanto é determinada como pode ser livre ...

*Joana* – Mas não vamos voltar ao princípio da nossa conversa, pois não?

*António* – Nada disso. (*Pausa*). Tenho de acreditar que se o meu comportamento é causado nem por isso deixo de ser livre...





*Joana* – A quadratura do círculo ...

*António* – ... Tem que haver uma diferença enorme entre o comportamento humano e a natureza, pois não se podem prever todas as ações humanas ...

*Joana* – ... A quadratura do círculo ...

*António* – ... Uma decisão humana não pode ser como uma pedra a cair...

*António* – (*Pausa*). Sabes o que é que eu penso?

*Joana* – O quê?

*António* – Que todas as justificações do livre-arbítrio são também as justificações do determinismo.

*Joana* – Só faltava essa! Como? Não percebo!

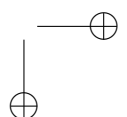
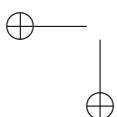
*António* – Cada vez que tens um argumento a favor do livre-arbítrio tens também um argumento simétrico a favor do determinismo. É como o jogo do galo: jogo que terminará sempre empatado se ambos os jogadores jogarem bem – mesmo que os intervenientes acreditassem noutra possibilidade.

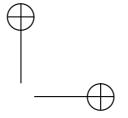
*Joana* – Queres dizer que essas perspetivas, aparentemente opostas, acabam sempre por ter algo em comum? É isso?

*António* – Repara: eu tanto posso ser determinado e agir como se fosse livre como ser efetivamente livre mas pensar que estou determinado a agir desta ou daquela maneira. Entendes? É por isso que talvez não seja importante saber se há determinismo ou livre-arbítrio, basta pensares isto ou aquilo e não estares obcecado com aquilo que pode corresponder à tua crença.

*Joana* – Mas ser livre é viver a experiência do “se”. Não é?

*António* – Quanto a mim o essencial é tu acreditares que vives essa experiência! Acreditares que se fizeres isto alcançarás aquele; acreditares que o mundo é um conjunto de possibilidades





que se vão oferecendo aos seres humanos. Melhor: tu vives essa experiência a toda a hora, a filosofia é que complica tudo quando interroga se o “se” é verdadeiro ou uma ilusão!

*Joana* – Compreendo.

*António* – Porque se defendes o determinismo tudo está efetivamente estabelecido desde o início até ao fim do mundo; se defendes o livre-arbítrio, haverá então a possibilidade efetiva de modificar o curso das coisas. Mas não podes ser uma coisa dia sim, dia não. Certo?

*Joana* – E a responsabilidade.

*António* – O quê?

*Joana* – Pergunto: como vês a responsabilidade nesta história? Se tudo está determinado ela não existe; se és livre, então és sempre responsável. Em que ficamos? Melhor: as pessoas devem ou não ser responsáveis?

*António* – Julgo que defendes que esta questão, aparentemente metafísica, está, na verdade, relacionada com a ética. É isso?

*Joana* – O mais importante é vivermos como se fossemos livres. O mais importante é viver e depois podemos então filosofar...

*Joana* – (*Longa pausa*). Não posso comer o resto da tua tosta?

*António* – Claro! És livre não és? (*Risos*)

